



BTEP

BOLETIM TRIMESTRAL
DE ECONOMIA PORTUGUESA

ABRIL 2025

GPEARi

Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha técnica

Título: BOLETIM TRIMESTRAL DE ECONOMIA PORTUGUESA

Data: ABRIL de 2025

Elaborado com informação disponível em 31 de março de 2025 (exceto as previsões para a economia portuguesa do Conselho de Finanças Públicas)

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: gpeari@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Avenida da República, 79

1069-218 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

■ Índice

● Sumário	5
● Enquadramento Internacional	7
● Economia Portuguesa	10
Atividade Económica	10
Mercado de Trabalho	15
Preços	16
Comércio Internacional	18
Contas Externas.....	22
Financiamento e Endividamento.....	24
Dinamismo Empresarial.....	26
Finanças Públicas.....	32
Financiamento das Instituições Financeiras Europeias.....	33
Previsões Económicas.....	34
● Política Económica	35
Política Europeia.....	35
Políticas Nacionais	36
Principais Medidas Legislativas	37
● Artigos	39
Comércio Internacional de Portugal com os signatários do Acordo EU-Mercosul-Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – (2019-2023 e janeiro-setembro 2023-2024)	39
European Framework for Strategic Dependencies: Insights from Portugal between 2019 and 2024.....	39
Adicionalidade e Impactos das Agendas Mobilizadoras do PRR: um Quadro Lógico para a transformação da economia portuguesa.....	40
Pilar de Competitividade: Financiamento, Endividamento e Investimento das Empresas.....	40
Pilar de Competitividade: Capacitação de Recursos Humanos e Mercado de Trabalho	40
Painel das Atividades de Inovação, I&D e Empreendedorismo	41

■ Índice de Caixas

Caixa 1. As Exportações portuguesas em 2024	20
Caixa 2. Insolvências e PER em Portugal – evolução dos mecanismos judiciais de recuperação	27
Caixa 3. Bússola para a Competitividade - Um Roteiro para Reforçar o Financiamento e o Investimento Empresarial na UE	30



■ Sumário

Em 2024, a economia mundial manteve-se resiliente, acompanhada por uma recuperação do comércio internacional de bens e serviços, num contexto de elevada incerteza e de tensões geopolíticas crescentes.

A taxa de inflação global desacelerou e a política monetária tornou-se menos restritiva na generalidade das economias avançadas (com exceção do Japão), permitindo uma recuperação dos rendimentos reais das famílias. Os indicadores disponíveis para o início de 2025 sugerem um abrandamento da atividade económica mundial, nomeadamente de uma expansão mais moderada dos EUA, um crescimento ainda robusto da China e uma ligeira melhoria da área do euro.

Em 2024, num contexto de desaceleração da economia europeia, o PIB cresceu 1,9% em Portugal, em volume. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, à aceleração do consumo privado, com a procura externa líquida a registar um contributo negativo. A atividade turística registou máximos históricos em 2024, quer em dormidas, quer em número de hóspedes. O mercado de trabalho, por seu lado, manteve-se resiliente, com a população ativa e o emprego a atingirem níveis historicamente elevados.

Comércio a retalho mantém dinamismo no início de 2025, apesar de se ter registado uma desaceleração das operações multibanco na rede SIBS, fruto da dinâmica das operações nacionais.

Mercado de trabalho com evolução positiva no início de 2025. Os dados do mercado de trabalho referentes aos dois primeiros meses do ano apontam para um crescimento tanto da população ativa como da população empregada e uma descida da taxa de desemprego.

No primeiro trimestre de 2025, a inflação total e a subjacente desaceleraram para 2,3%. Em março, a inflação em Portugal registou um valor inferior à área do euro. Os preços na produção iniciaram o ano de 2025 com queda nos dois primeiros meses.

No conjunto do ano 2024, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos em termos reais, mas a procura interna consolida-se como o motor de crescimento da economia portuguesa. Apesar da crise política e económica que a maior economia europeia atravessa, a Alemanha foi, em 2024, o principal motor de crescimento das exportações portuguesas de mercadorias.

A economia portuguesa exibiu uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB, resultando numa redução da posição de Investimento Internacional (PII) e da dívida externa líquida.

Em 2024, o montante de novos empréstimos aumentou 8,8% face ao período homólogo, tendo sido concedidos, neste período, 26 705 milhões de euros, dos quais 13 981 milhões de euros nos empréstimos até 1 milhão de euros e 12 724 milhões nos empréstimos acima de 1 milhão de euros, mais 14,7% e 2,9%, respetivamente, face a 2023.

Em 2024, a constituição de empresas em Portugal abrandou face ao período homólogo, mas continua acima dos níveis observados antes da pandemia. Os setores do Comércio e da Construção foram os que registaram maior número de constituições. As insolvências decretadas aumentaram em termos homólogos, embora ainda se mantenham abaixo dos valores pré-pandemia. O setor das Indústrias Transformadoras continua a ser o que regista mais insolvências e aquele onde estas mais cresceram face a 2023.

Em 2024, o saldo orçamental registou um excedente de 0,7% do PIB (compara com 1,2%, 0,2% e 0,4% do PIB, respetivamente, valor verificado em 2023, meta fixada no Orçamento do Estado para 2024 e estimativa atualizada aquando da elaboração do Orçamento do Estado para 2025). Por sua vez, o rácio da dívida pública em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente a um ritmo mais acelerado face ao previsto, diminuindo 2,8 p.p. face a 2023 e situando-se em 94,9%, abaixo do previsto no Orçamento do Estado para 2024 (98,9% do PIB) e na estimativa atualizada aquando da elaboração do Orçamento do Estado para 2025 (95,9% do PIB).



■ Enquadramento Internacional

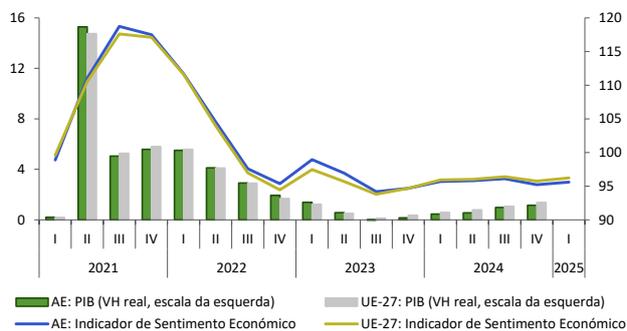
Num contexto de elevada incerteza e de tensões geopolíticas crescentes, a economia mundial manteve-se resiliente em 2024. A atividade da indústria manteve-se fragilizada na generalidade das economias avançadas. O PIB do G20 desacelerou para 3,2% em 2024 (3,4% em 2023), com destaque para um crescimento robusto dos EUA e da China, cujo PIB aumentou, respetivamente, para 2,8% e 5% (2,9% e 5,2%, respetivamente, em 2023) que contrastou com a continuação de um fraco desempenho das principais economias da União Europeia, apesar de alguma melhoria, para 1%, após uma quase estagnação em 2023 (0,4%). O menor dinamismo do emprego da área do euro em 2024 (o qual desacelerou para 1%, comparado com 1,4% em 2023) e uma recuperação da economia levou a uma melhoria da produtividade.

O crescimento do comércio mundial de bens e serviços recuperou de uma forma expressiva em 2024 para 3,4% em termos homólogos, proveniente especialmente da melhoria das trocas comerciais dos países emergentes (nomeadamente asiáticos), que aceleraram para 5,4% (2% em 2023) e que compara com a evolução das economias avançadas para 2% (estagnação em 2023). A melhoria do comércio mundial de mercadorias prosseguiu no início deste ano, sendo de realçar o forte crescimento de importações norte-americanas de bens (cerca de 24%, em média, em termos homólogos nominais, no conjunto dos dois primeiros meses) podendo ser impulsionado pela antecipação da entrada em vigor da subida das tarifas alfandegárias impostas pelos EUA às aquisições de bens ao exterior.

No quarto trimestre de 2024, a atividade económica dos EUA e da China demonstrou um forte crescimento, enquanto a área do euro melhorou o seu desempenho, mas continuou frágil, com uma evolução muito distinta entre países e sectores. O PIB dos EUA aumentou 0,6% em cadeia (0,8% no trimestre precedente) e desacelerou para 2,5% em termos homólogos (2,7% no terceiro trimestre), em resultado do crescimento robusto do consumo privado (3,1%) causado pela aceleração da aquisição de bens duradouros e do progresso do investimento privado do segmento residencial, refletindo condições financeiras menos restritivas. O crescimento robusto da China, acima do esperado (5,4% em termos homólogos, que compara com 4,6% no trimestre precedente), deveu-se à melhoria tanto da procura externa como interna. No caso da área do euro, o PIB melhorou no último trimestre de 2024 para 1,2% em termos homólogos, apesar de uma evolução muito díspar entre países causada pela diferença de estrutura produtiva. As economias mais centradas na indústria e nas exportações (Alemanha e Itália) foram as mais afetadas por choques adversos, tendo registado crescimentos negativos ou muito moderados (-0,2% e 0,6% em termos homólogos, respetivamente); enquanto as economias com maior peso dos serviços e do turismo (Espanha e Portugal) apresentaram um crescimento bastante mais elevado (3,5% e 2,9%, respetivamente).

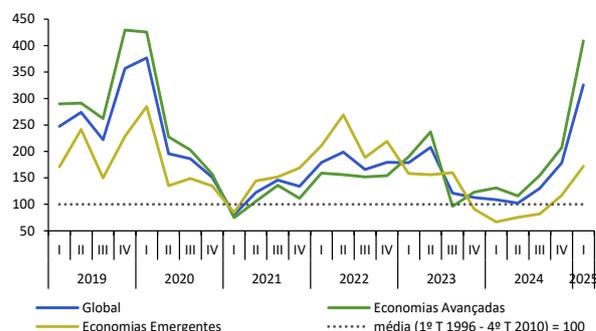
O atual cenário internacional caracteriza-se por uma incerteza particularmente elevada associado às novas orientações de política económica norte-americana, assentes num maior protecionismo e na mudança de paradigma do sistema comercial global. O índice de Incerteza Global elevou-se para o nível mais elevado desde o período do surgimento da pandemia de COVID-19, causado em grande parte pelo impacto na economia mundial (sobretudo na China) da subida das tarifas alfandegárias nas importações dos EUA.

Gráfico 1. PIB e Indicador de sentimento económico da UE



Fontes: CE; Eurostat.

Gráfico 2. Índice de Incerteza Global
Média (1º T 1996 - 4º T 2010) =100



Fonte: World Uncertainty Index (WUI).

Os indicadores disponíveis para o início de 2025 indicam que a economia dos EUA continuou a expandir-se, embora a um ritmo moderado. A China apresentou um crescimento ainda robusto da produção industrial impulsionado pelo dinamismo das exportações; enquanto a atividade económica da área do euro melhorou, mas manteve-se fraca. A produção industrial mundial reforçou o seu crescimento para 2,7% em termos homólogos em janeiro de 2025 (2,5% no mês precedente) refletindo sinais de recuperação na generalidade das economias avançadas (EUA, Japão e área do euro) e continuando forte na China.

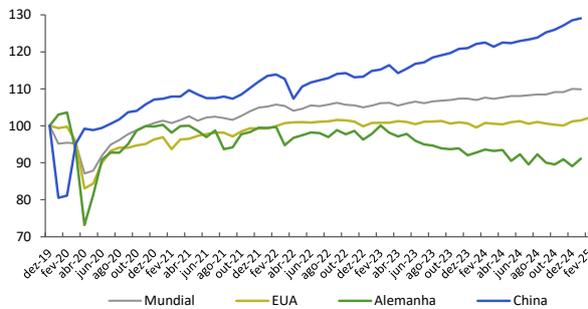
As vendas a retalho abrandaram nos EUA e o indicador de confiança dos consumidores caiu acentuadamente em março (o nível mais baixo desde finais de 2022) iniciando um menor dinamismo do consumo privado. Ultimamente, é também de destacar uma maior debilidade da confiança dos agentes económicos deste país perante a constante imprevisibilidade provocada pelo anúncio de medidas de tarifas aduaneiras e seu adiamento. Com efeito, o indicador prospetivo empresarial PMI da indústria transformadora desceu, em março, para 49,8 pontos (indicando contração da atividade económica por se situar abaixo de 50 pontos).

Na área do euro, o indicador composto ascendeu a 50,4 pontos em março, e pelo terceiro mês consecutivo, ultrapassou o limiar de 50 pontos, devido à melhoria do desempenho da indústria transformadora, especialmente da Alemanha, e traduzindo o montante já aprovado do forte investimento para infraestruturas e defesa, no quadro do impulso europeu de aumento da despesa com a defesa europeia “Rearmar a UE”, anunciado pela Comissão Europeia, no início de março (800 mil milhões de euros). Igualmente, o indicador de sentimento económico da AE recuperou no primeiro trimestre, associado à melhoria da confiança dos setores da indústria e da construção, refletindo um maior otimismo dos empresários. Em contraste, a confiança dos consumidores da área do euro deteriorou-se, com destaque para o agravamento esperado da situação financeira das famílias nos próximos 12 meses, associado à expectativa de subida de preços, podendo ser o resultado do impacto da elevação das tarifas aduaneiras.

As pressões sobre os preços na economia mundial diminuíram ligeiramente no início de 2025, tendo a taxa de inflação global do G20 desacelerado para 4,6% no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro (5,5% no último trimestre de 2024). No caso das economias avançadas, a taxa de inflação global aproximou-se gradualmente de 2%, tendo desacelerado nos EUA e na área do euro, em março, para 2,4% e 2,2%, respetivamente (2,9% e 2,4%, respetivamente, em dezembro de 2024). Esta evolução foi acompanhada da trajetória descendente da inflação subjacente, que registou, em março, uma variação homóloga nos EUA e

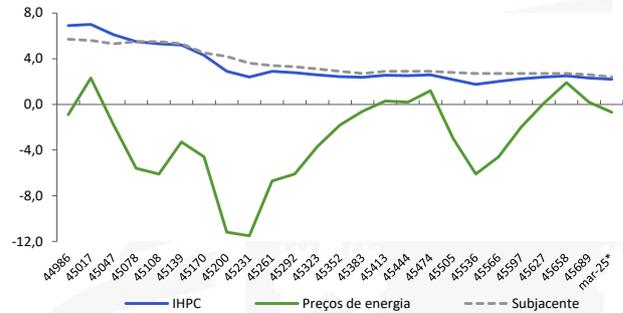
área do euro de 2,8% e 2,4%, respetivamente (3,2% e 2,7%, respetivamente, em dezembro de 2024), devido, em parte, aos preços de serviços, cujos preços se situaram abaixo de 4% em ambos os dois lados do Atlântico.

Gráfico 3. Índice de Produção Industrial
(jan 2019 =100)



Fonte: CPB, NL; Instituto de Estatística dos EUA; Eurostat.

Gráfico 4. Taxa de inflação da área do euro
(tvh)

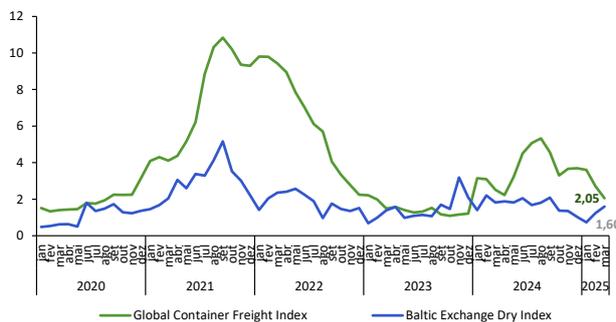


* Estimativa preliminar.
Fonte: Eurostat.

A China está perante uma pressão deflacionista, com uma taxa de inflação homóloga de -0,1% em março, reflexo da debilidade da procura interna, nomeadamente do consumo das famílias, em acumulação com a crise do sector imobiliário, com repercussões no enfraquecimento do investimento neste ramo de atividade. Contudo, a quebra dos preços registada em março (-0,1%) foi menos acentuada do que no mês anterior (-0,7%) devido essencialmente ao aumento do preço dos eletrodomésticos, num contexto de medidas de estímulo da procura, como o programa de renovação dos bens de consumo.

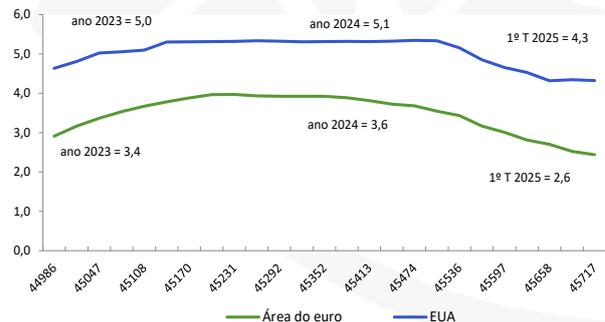
No início de 2025, o preço unitário dos contentores, medido pelo índice de transporte de contentores ("Global Container Freight Index") manteve uma tendência de queda atingindo valores inferiores aos registados durante o ano 2024. Em contrapartida, o índice do preço de transporte de "carga seca", medido pelo "Baltic Exchange Dry Index", aumentou atingindo valores semelhantes a igual período do ano anterior.

Gráfico 5. Preço unitário dos contentores¹
(milhares de dólares)



Fonte: GEE, com base nos dados da *Freightos* and *Baltic Exchange*.

Gráfico 6. Taxas de juro de curto prazo: EUA e área do euro
(média mensal/anual, %)



Fontes: BCE.

¹ Os valores apresentados para o GCFI e BEDI, correspondem à média dos valores observados na última semana do mês e ao valor observado no último dia do mês, respetivamente. No caso do GCFI, o índice refere-se ao preço unitário médio de um contentor de 40 pés (*forty-foot equivalent unit*). No caso do BEDI, trata-se de um índice composto de três subíndices para contentores de granel seco com dimensões diferentes.

Os mercados financeiros internacionais e de matérias-primas tornaram-se extremamente voláteis no primeiro trimestre de 2025, os quais foram dominados pela instabilidade do panorama geopolítico global e maior incerteza e imprevisibilidade relacionadas com a nova liderança da Administração norte americana. Assim, os índices bolsistas dos EUA desvalorizaram-se 2% no final de março de 2025 em relação ao final de 2024, enquanto os da área euro valorizaram-se quase 8% nesse período, traduzindo uma maior aversão ao risco dos investidores em títulos norte americanos. Igualmente, o euro valorizou-se acentuadamente face ao dólar, para 1,08 dólares no final de março (1,04 no final de 2024).

Os preços das matérias-primas energéticas apresentaram uma elevada oscilação, tendo o preço do Brent aumentado ligeiramente para quase 75 USD/bbl (71 €/bbl), em média, no primeiro trimestre, em resultado das crescentes tensões geopolíticas; a par da instabilidade provocada pela imposição de tarifas pelos EUA aos países que adquirem petróleo e gás à Venezuela; assim como à restrição do comércio de petróleo com o Irão e, ao facto das existências de crude dos EUA terem caído em março mais do que o esperado. Durante este período, assistiu-se ao prolongamento dos cortes de produção (num total de 5,86 milhões de barris diários) acordados pelos membros da OPEP+; os quais serão, em parte, revertidos gradualmente, a partir de abril de 2025.

As taxas de juro de curto prazo dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência descendente ao longo do primeiro trimestre de 2025, particularmente acentuado para o caso da área do euro e que traduz o processo de orientação menos restritiva da política monetária. Em março de 2025, as taxas de juro de curto prazo nos EUA e na área do euro (Euribor a 3 meses) desceram, em média, para 4,3% e 2,4%, respetivamente (4,5% e 2,8%, respetivamente, em dezembro de 2024).

Durante o primeiro trimestre de 2025, as taxas de juro de longo prazo (*yields* a 10 anos) evoluíram no sentido ascendente tanto na área do euro, como nos EUA. Esta situação deve-se particularmente à influência da subida das *yields* da Alemanha, na sequência do acordo histórico alcançado, em março, para reformar o travão da dívida pública deste país (instrumento criado em 2009, na sequência da crise financeira das dívidas soberanas) e que tenderá a aumentar o desequilíbrio orçamental e a dívida pública em percentagem do PIB.

■ Economia Portuguesa

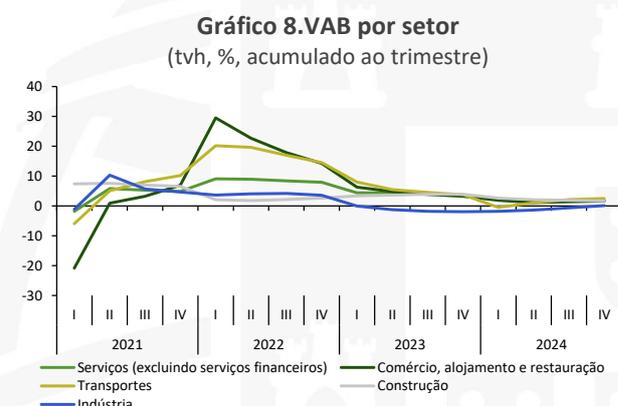
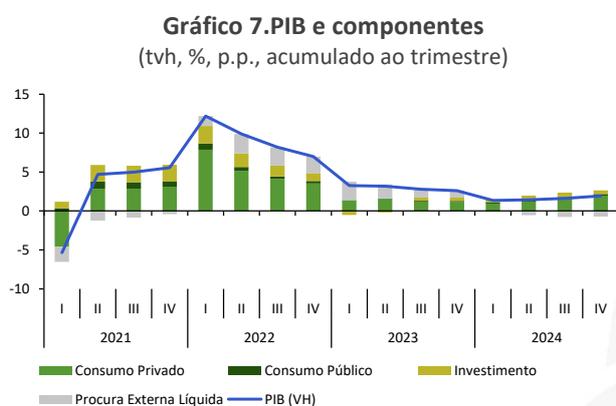
Atividade Económica

Num contexto de desaceleração da economia europeia, em 2024, o PIB cresceu 1,9% em volume, tendo registado uma desaceleração face ao crescimento de 2,6% de 2023 (menos 0,7 p.p.). O crescimento da economia concentrou-se, maioritariamente, no segundo semestre, com uma aceleração da atividade económica para 2% e 2,9% no terceiro e quarto trimestres, respetivamente, enquanto no primeiro e segundo trimestres o crescimento foi de 1,5% e 1,4%, respetivamente.

Procura interna acelerou em 2024. A procura interna passou de um contributo para a variação anual do PIB de 1,7 p.p., em 2023, para 2,6 p.p. em 2024. Este aumento do contributo da procura interna ficou a dever-se, essencialmente, à forte aceleração do consumo privado para os 3,2% (mais 1,3 p.p. face ao ano

anterior), mas também às acelerações do consumo público (1,1%, mais 0,5 p.p. face a 2023) e do investimento (2,3%, mais 0,3 p.p. face a 2023).

Procura externa líquida registou um contributo negativo para o crescimento anual do PIB. No conjunto do ano, registou-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços em termos reais para os 3,4%, (3,8% no ano anterior) e uma aceleração das importações de bens e serviços para os 4,9% (1,8% em 2023). O menor crescimento das exportações refletiu a forte desaceleração na componente de serviços para os 2,7% (menos 8,9 p.p. face ao ano anterior), apesar da componente do turismo representar mais de metade do crescimento das exportações em serviços e de se ter registado um novo recorde de dormidas de não residentes. Desta forma, o contributo da procura externa líquida fixou-se nos -0,7 p.p., uma diminuição face ao verificado em 2023 (contributo de 0,9 p.p.).



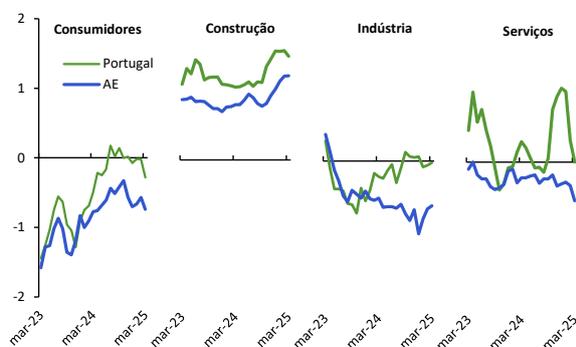
Os setores da energia, água e saneamento e da agricultura e pesca foram os que mais cresceram no conjunto do ano. Todos os setores de atividade apresentaram variações homólogas positivas, destacando-se os setores da energia, água e saneamento (5,5%) e da agricultura e pescas (3,4%). Excetuando o setor da indústria, que apresentou um crescimento de 0,1% em 2024 após uma variação de -1,9% em 2023, todos os outros setores desaceleraram o seu ritmo de crescimento face a 2023.

Índice de produção industrial aumentou 0,2%, após a redução de 3,1% em 2023. O agrupamento de energia registou a maior variação média anual, com 5,4% (-3,4% em 2023), seguida dos bens de investimento e dos bens de consumo duradouros (2,5% e 2,1%, respetivamente), enquanto o agrupamento de bens intermédios foi o que apresentou a variação negativa mais relevante, com -2,3%. Nos primeiros dois meses de 2025, o índice de produção industrial apresentou uma taxa de variação média de -1,1%, principalmente devido à diminuição do índice dos agrupamentos de bens de investimento e de energia em -6,3% e -4,2%, respetivamente.

O indicador de clima económico diminuiu nos últimos três meses, interrompendo o movimento ascendente observado desde setembro. Todos os indicadores de confiança apresentaram uma redução em março, contudo, destaca-se o contributo positivo dos níveis de confiança nos setores do comércio, serviços e da construção e obras públicas, enquanto o setor da indústria transformadora continuou a registar valores negativos. A evolução do indicador de confiança da construção e obras públicas, que interrompeu o crescimento observado desde novembro, reflete o contributo negativo das perspetivas de

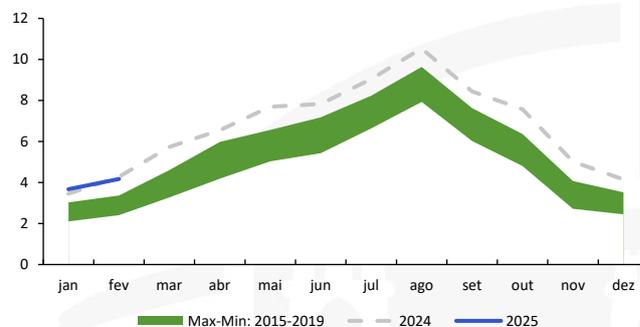
emprego. De igual forma, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu em março, após ter melhorado em janeiro e ligeiramente em fevereiro.

Gráfico 9. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: Eurostat.

Gráfico 10. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico
(milhões)



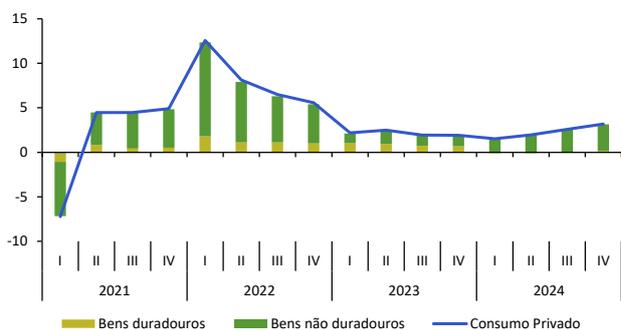
Fonte: INE.

Atividade turística registou máximos históricos em 2024, em número de dormidas de residentes e não residentes. O número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico cresceu 4% em 2024, o que compara com o crescimento de 10,7% em 2023. A esta evolução está subjacente a desaceleração das dormidas dos hóspedes não residentes (crescimento de 4,8% face aos 15,1% registados no período homólogo de 2023). Por países de origem, os mercados chinês, polaco e canadiano foram os que mais cresceram no ano em análise, tendo o número de dormidas crescido 47%, 19,3% e 17%, respetivamente. Os mercados britânicos e alemão foram os que registaram as maiores fatias de mercado, representando 17,8% e 11,1%, respetivamente, do número de dormidas totais, embora o Reino Unido tenha visto uma redução relativamente ao ano anterior, onde apresentava um valor de 18,3%. Em 2024, os proveitos totais foram 10,9% superiores aos registados no total do ano de 2023. Nos primeiros dois meses de 2025, verificou-se uma desaceleração do número de dormidas (crescimento de 0,1%, menos 5,4 p.p. que no período homólogo).

Consumo privado com aceleração expressiva em 2024. O consumo privado acelerou significativamente ao longo de 2024, encerrando o ano com uma variação homóloga de 3,2%, superior ao crescimento registado em 2023 (1,9%). Esta dinâmica impulsionada, essencialmente, pela evolução dos bens não duradouros, cujo contributo para o crescimento do consumo privado foi de 3 p.p., revelando um aumento expressivo face ao contributo mais modesto registado em 2023 (1,2 p.p.). Os bens duradouros apresentaram um contributo pouco significativo (0,1 p.p.), refletindo as restrições relacionadas com custos de financiamento elevados.

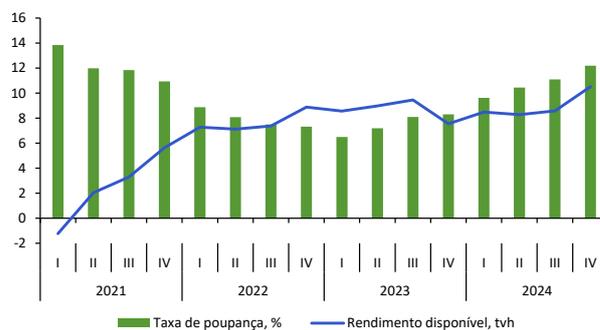
Em 2024, a taxa de poupança atingiu o valor de 12,2% do rendimento disponível das famílias. Este valor representa um aumento de 3,9 p.p. relativamente a 2023 (8,3%). Esta evolução ocorreu em paralelo com um crescimento robusto do rendimento disponível bruto das famílias, que acelerou de uma taxa homóloga de 7,5% em 2023 para 10,5% em 2024, superando claramente a taxa de inflação. Desta forma, o rendimento disponível real também aumentou significativamente, criando condições favoráveis para que as famílias reforçassem simultaneamente o consumo privado e as poupanças.

Gráfico 11. Crescimento real do consumo privado
(tvh, %, ano acumulado no trimestre)



Fonte: INE.

Gráfico 12. Taxa de poupança e rendimento disponível
(%, tvh)

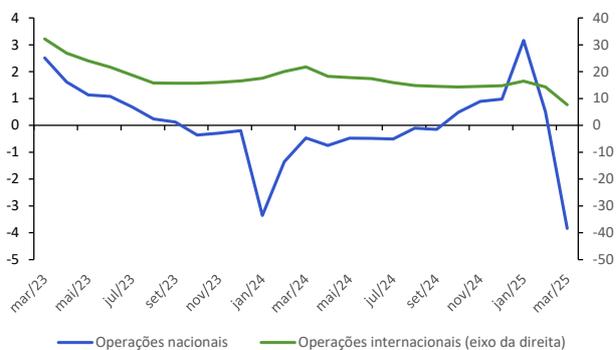


Fonte: INE.

Comércio a retalho mantém dinamismo no início de 2025. Em 2024, o comércio a retalho apresentou uma trajetória crescente consistente, atingindo taxas homólogas elevadas, culminando num máximo anual de 5,5% em dezembro. Nos primeiros dois meses de 2025, registou-se uma ligeira desaceleração, com taxas homólogas de 5,3% em janeiro e 5,2% em fevereiro, mantendo-se ainda robustas e acima das observadas no mesmo período de 2024 (0,6% e 0,8%, respetivamente). Este dinamismo recente foi impulsionado sobretudo pelos bens alimentares, com taxas homólogas a atingirem 6,5% em janeiro e fevereiro, enquanto os bens não alimentares registaram uma desaceleração gradual para 4,5% em janeiro e 4,3% em fevereiro. Os serviços, após registarem a menor taxa anual em dezembro de 2024 (3,6%), mostraram uma recuperação moderada para 4,6% em janeiro de 2025.

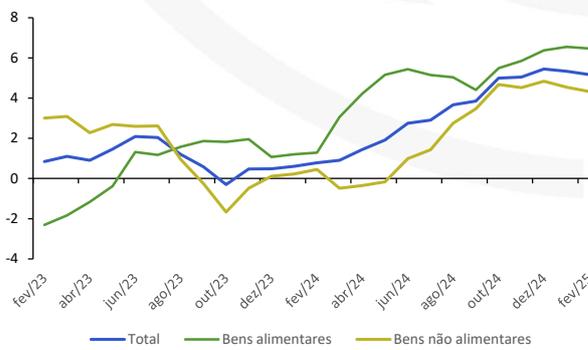
As operações na rede SIBS desaceleraram no conjunto do primeiro trimestre, fruto da dinâmica das operações nacionais. Verificando os dados das compras e levantamentos na rede multibanco, deflacionados pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), as operações nacionais registaram uma variação homóloga de -3,8%, fruto das quedas de 2,2% e 11,9% registadas em fevereiro e março, respetivamente. As operações internacionais registaram uma aceleração, tendo a variação homóloga sido de 7,7%, apesar da queda de 2,8% registada em março. A dinâmica negativa das operações de multibanco em março terá sido impactada pelo facto de em 2025 a Páscoa apenas ocorrer em abril, enquanto em 2024 ocorreu em março.

Gráfico 13. Operações na rede Multibanco
(tvh, %)



Nota: Dados deflacionados pelo IHPC.
Fonte: SIBS, cálculos GPEARI.

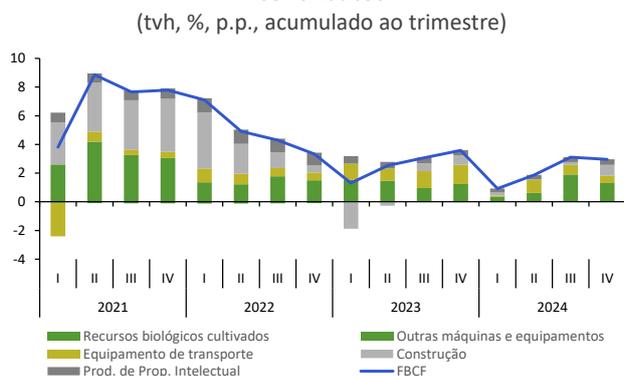
Gráfico 14. Índice de volume de negócios no comércio a retalho
(tvh, %, MM3)



Fonte: INE.

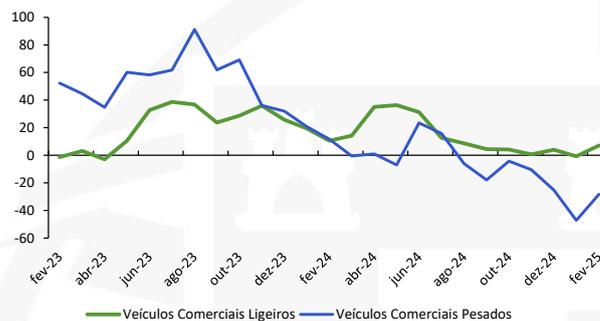
As vendas de veículos ligeiros de passageiros em retração no início de 2025. Nos primeiros dois meses de 2025, as vendas de veículos ligeiros de passageiros ascenderam a 27 547 veículos, correspondendo a uma variação homóloga de -3,1%. Para tal, contribuiu de forma significativa a queda de 5,8% registada em janeiro de 2025. Esta quebra nos dois primeiros meses de 2025 contrasta com o crescimento de 18% verificado no mesmo período de 2024.

Gráfico 15. Formação bruta de capital fixo e contributos



Fonte: INE.

Gráfico 16. Vendas de veículos comerciais
(tvh acumulada, %, MM3)

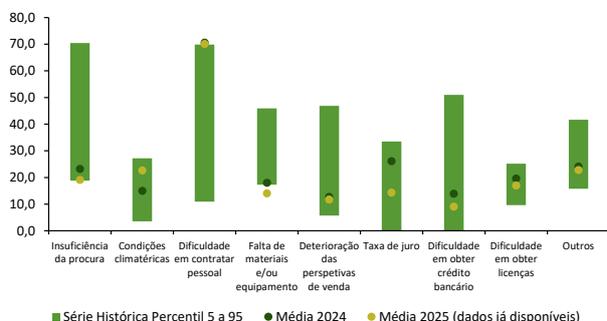


Fonte: ACAP.

Em 2024, o investimento apresentou um crescimento de 3%, representando uma desaceleração face a 2023 (3,6%). As maiores taxas de crescimento registaram-se na componente de equipamentos de transporte (6,7%) e outras máquinas e equipamentos (5,9%), com a construção, que representa mais de 50% do investimento, a ter um crescimento de 1,5%.

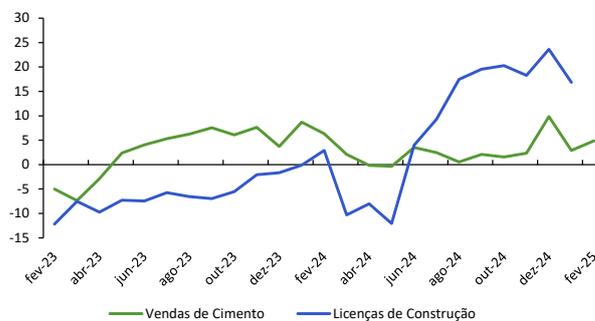
As vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados apresentaram tendências distintas no início de 2025. Nos primeiros dois meses do ano, enquanto as vendas de comerciais ligeiros registaram um crescimento de 6,3%, menor do que o registado no mesmo período de 2024 (12,5%), as vendas de pesados tiveram uma queda de 23,7%. As importações de máquinas e outros bens de capital registaram uma ligeira aceleração do crescimento homólogo para 3,7% em janeiro, depois de terem crescido 2,2% em 2024.

Gráfico 17. Fatores limitativos à construção e obras públicas
(%)



Fonte: INE.

Gráfico 18. Emissão de licenças de construção e vendas de cimento
(tvh acumulada, %, MM3)



Fonte: Cimpor e Secil, INE.

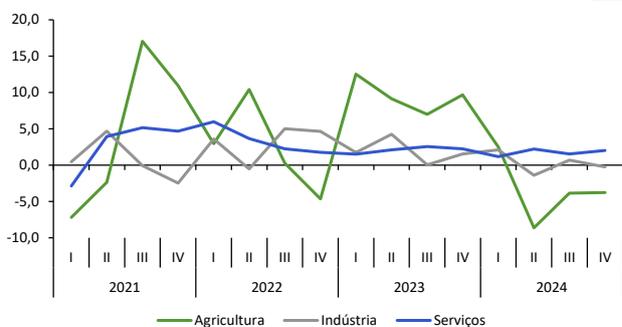
Setor da construção apresenta sinais de contração nos primeiros meses de 2025. As vendas de cimento caíram 3,2% em média nos dois primeiros meses do ano, que contrasta com a trajetória ascendente do mesmo período do ano anterior (13,4%). Em sentido contrário, o número de licenças de construção registou

um crescimento de 8,7% em janeiro, representando uma aceleração relativamente ao mesmo mês de 2024 (0,5%). O Índice de custos de construção de Habitação Nova desacelerou em janeiro de 2025 (3,1%, em termos homólogos) face ao mês anterior (4,2%). Para esta evolução contribuiu o menor ritmo ascendente do preço da mão-de-obra (6,9% em janeiro de 2025 face a 8,7% em dezembro de 2024) e dos preços dos materiais, que também desaceleraram de 0,6% para 0,2% entre dezembro e janeiro. No primeiro trimestre de 2025, os dados do Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas evidenciaram como principais constrangimentos à atividade no setor a dificuldade em contratar pessoal (70% das empresas, em média) e as condições climáticas (22,7% das empresas, em média).

Mercado de Trabalho

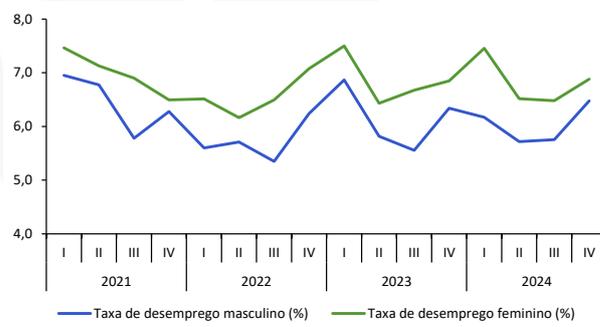
O mercado de trabalho manteve-se resiliente em 2024, com a população ativa e o emprego a atingirem níveis historicamente elevados, registando crescimentos médios homólogos de 1,1% e 1,2%, respetivamente. Neste enquadramento, a taxa de atividade estabilizou, enquanto a taxa de emprego aumentou face ao ano anterior, fixando-se em 60,2% e 56,4%, respetivamente. De acordo com o Inquérito Trimestral ao Emprego, o crescimento do emprego em 2024 não foi transversal aos três principais setores de atividade, ao contrário do observado em 2023. Enquanto os setores secundário e terciário registaram crescimentos de 0,3% e 1,7%, respetivamente, o emprego na agricultura diminuiu 3,6% face ao ano anterior. A composição da população empregada evidencia um aumento do número de trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, com crescimentos de 0,9% e 3,1%, respetivamente, em comparação com 2023.

Gráfico 19. Variação da população empregada por setor de atividade (%)



Fonte: INE.

Gráfico 20. População desempregada e taxa de desemprego (milhares de indivíduos, %)



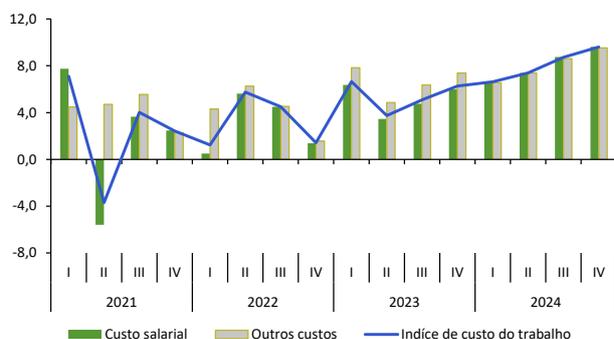
Fonte: INE.

A população desempregada manteve-se estável face ao ano anterior, registando uma variação homóloga nula. Paralelamente, o desemprego de curta duração, que em 2024 representou 63,1% do total de desempregados, apresentou um crescimento de 1,4%, significativamente inferior ao registado no ano anterior (-21,6 p.p.). Por sua vez, o desemprego de longa duração registou uma diminuição de 2,2% face a 2023. Neste contexto, a taxa de desemprego fixou-se em 6,4%, menos 0,1 p.p. que a registada no ano anterior. A taxa de desemprego nas mulheres (6,8%) continua a ser mais elevada que nos homens (6%), com a diferença do desemprego entre géneros a aumentar 0,1 p.p. em 2024. A nível regional, verificou-se um aumento da taxa de desemprego nas regiões Centro, Alentejo e Algarve. O número de desempregados registados nos centros de emprego cresceu cerca de 18 mil indivíduos, o que corresponde a um aumento homólogo de 5,7%.

A taxa de subutilização do trabalho desceu para 11%, menos 0,7 p.p. do que em 2023, sobretudo devido à redução do número de inativos disponíveis para trabalhar, mas que não procuravam emprego, que diminuiu 16,4% em termos homólogos. Em 2024, registaram-se 612,2 mil pessoas em situação de subutilização do trabalho.

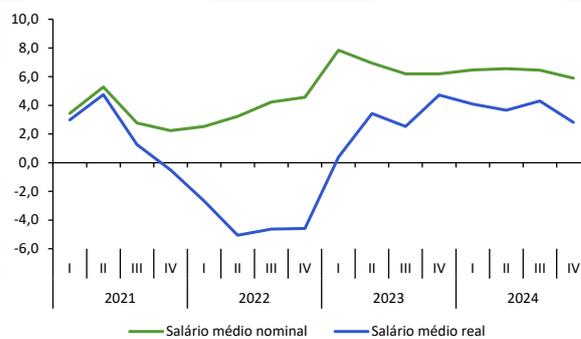
O Índice de Custo do Trabalho (ICT) aumentou 8,2% face a 2023. Este crescimento foi sobretudo impulsionado pelo acréscimo do custo médio por trabalhador, que registou uma variação de 6,4%, refletindo uma ligeira desaceleração face ao ano anterior (-0,8 p.p.). Pela primeira vez desde 2020, as horas efetivamente trabalhadas diminuíram em termos homólogos (-1,6%). Já o salário médio nominal registou um crescimento homólogo de 6,3%, abaixo do verificado em 2023. Em termos setoriais, as remunerações evoluíram de forma relativamente uniforme: na agricultura, registou-se um crescimento homólogo de 6,3%, enquanto nos restantes setores o aumento foi de 6,4%. Tendo em conta o abrandamento da inflação em 2024, o salário médio real registou uma aceleração, crescendo 3,7% em termos homólogos.

Gráfico 21. Índice de custo do trabalho por componentes (% , tvh)



Fonte: INE.

Gráfico 22. Variação do salário médio nominal e real (tvh)



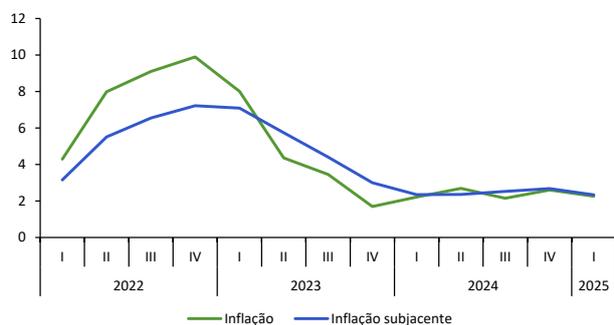
Fonte: INE.

Em 2025, os dados de janeiro e fevereiro apontam para um crescimento tanto da população ativa como da população empregada. A população ativa registou um aumento de 0,9% em ambos os meses, atingindo os 5 517,8 mil indivíduos, tendo a taxa de atividade atingido em fevereiro um máximo histórico de 69%. Também o emprego manteve uma trajetória de crescimento, com aumentos de 1,3% em janeiro e de 1,1% em fevereiro, tendo atingido em janeiro um novo máximo histórico, com 5 167,3 mil pessoas. Em fevereiro, a taxa de desemprego situou-se nos 6,4%, refletindo uma descida de 0,2 p.p. face ao período homólogo de 2024.

Preços

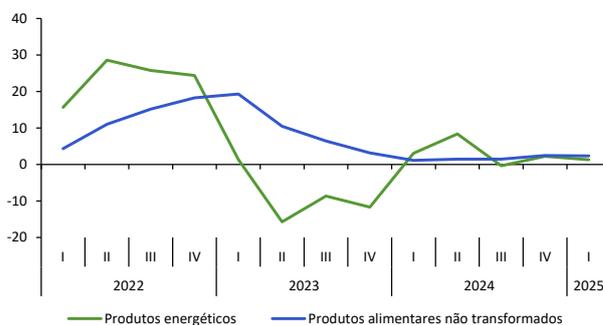
Inflação desacelera no primeiro trimestre de 2025. Considerando a estimativa rápida para o mês de março, no primeiro trimestre do ano, a inflação medida pela variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) exibiu movimento descendente para 2,3%, após pressões ascendentes no último trimestre de 2024. Este movimento descendente manifestou-se especialmente no caso dos produtos energéticos, mas também no caso dos produtos alimentares não transformados (-0,9 p.p. e -0,1 p.p., respetivamente).

Gráfico 23. Inflação e inflação subjacente
(tvh, %)



Fonte: INE.

Gráfico 24. Preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos
(tvh, %)



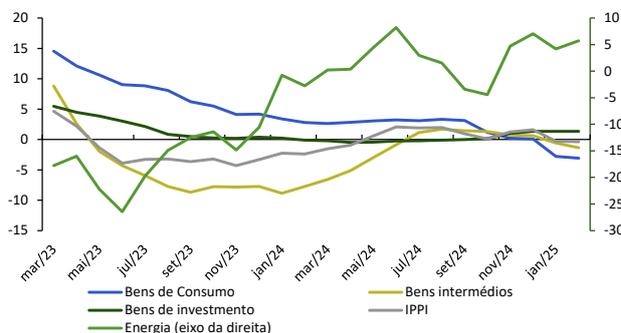
Fonte INE.

Inflação subjacente com taxa de variação homóloga de 2,3%. Quando excluindo os produtos alimentares não transformados e os energéticos, a inflação mostrou igualmente um movimento descendente, revelando assim uma tendência de moderação generalizada nos principais indicadores de inflação.

Classes de habitação, água e eletricidade, gás e outros combustíveis e produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com redução nos contributos. Considerando a informação dos meses de janeiro e fevereiro, e comparando com o último trimestre de 2024, estas duas classes apresentaram uma redução nos contributos para a inflação. De forma oposta, as classes de vestuário e calçado e transportes originaram uma maior pressão na evolução da inflação.

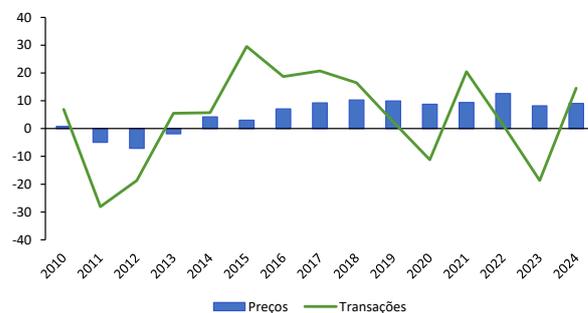
Preços na produção industrial com queda nos primeiros meses de 2025. Após um crescimento de 1% no último trimestre de 2024, nos dois primeiros meses de 2025, os preços na produção industrial registaram uma queda média em termos homólogos de 0,3%, em resultado da evolução dos preços dos bens de consumo não duradouros, os quais diminuiram 3,6%, influenciados pela quebra nos preços de azeite. Em sentido contrário, o agrupamento de Energia exibiu um comportamento ascendente nos preços para 5%, acelerando face ao registado no último trimestre de 2024, quando o crescimento tinha sido de 2,3%.

Gráfico 25. Índice de preços na produção industrial
(tvh, %)



Fonte: INE.

Gráfico 26. Índice de preços na habitação
(tvh, %)



Fonte INE.

Preços na habitação crescem 9,1% em 2024. No último trimestre de 2024, o índice de Preços da Habitação (IPHab) registou uma aceleração para 11,6% (mais 1,8 p.p. face ao trimestre anterior), voltando assim a apresentar variações superiores a dois dígitos pela primeira vez desde o último trimestre de 2022. Assim, no conjunto do ano, os preços da habitação aumentaram 9,1%, invertendo o movimento descendente que

se tinha registado no ano de 2023. Associado a esta maior pressão nos preços, verificou-se um aumento no número de transações em 14,5%, após a queda de 18,7% em 2023. Apesar deste aumento, o número de transações continua a ser inferior em 5,6% ao ano de 2021, anterior à subida de taxas de juro pelo BCE em 2022.

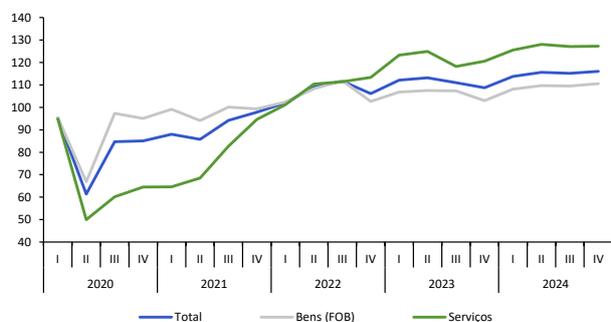
Mercado de habitação influenciado pelas condições de procura que está a responder positivamente às descidas de taxas de juro. Segundo os dados do Banco de Portugal, a taxa de juro de novos contratos de empréstimos de habitação (excluindo renegociações) baixou para 3,5% (menos 0,6 p.p. face ao ano anterior), originando assim um aumento de 34,4% no montante de novos contratos de empréstimos à habitação. Para além das melhores condições de financiamento, o crescimento dos empréstimos está ainda influenciado pela entrada em vigor, em agosto, do Decreto-Lei n.º 48-A/2024, que isenta de IMT e de imposto de selo a compra de primeira habitação por jovens até aos 35 anos.

Comércio Internacional

No conjunto do ano 2024, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos em termos reais, mas a procura interna consolida-se como o motor de crescimento da economia portuguesa. De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações nominais de bens e serviços cresceram 4,1%, em 2024, passando a representar 46,7% do PIB, um valor inferior ao registado em 2023 (47,5%) e 2022 (49,5%), mas bastante superior ao registado em 2019 (43,7%). Em volume, as exportações registaram um crescimento significativo (3,4%), atingindo novos máximos históricos em termos reais acumulados, mas bastante menos pronunciado do que o crescimento das importações (4,9%), determinando assim um contributo negativo da procura externa líquida (-0,7 p.p.). A decomposição da variação do PIB mostra que, no conjunto de 2024, o crescimento real da economia foi totalmente impulsionado pelo contributo positivo da procura interna (2,6 p.p.).

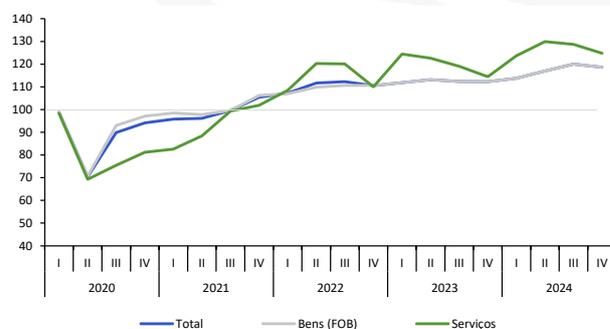
A decomposição das exportações por componente de bens e de serviços revela novos máximos históricos, em volume, em ambos os casos, evidenciando uma maior aceleração relativa na componente de bens. Em 2024, as exportações de bens em volume aumentaram 3,8%, em termos homólogos, superando o crescimento da componente de serviços (2,7%). Do lado das importações, a componente de bens também registou um crescimento em volume relativamente mais significativo que a componente de serviços (5,5% e 2,6% em volume, respetivamente).

Gráfico 27. Exportações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

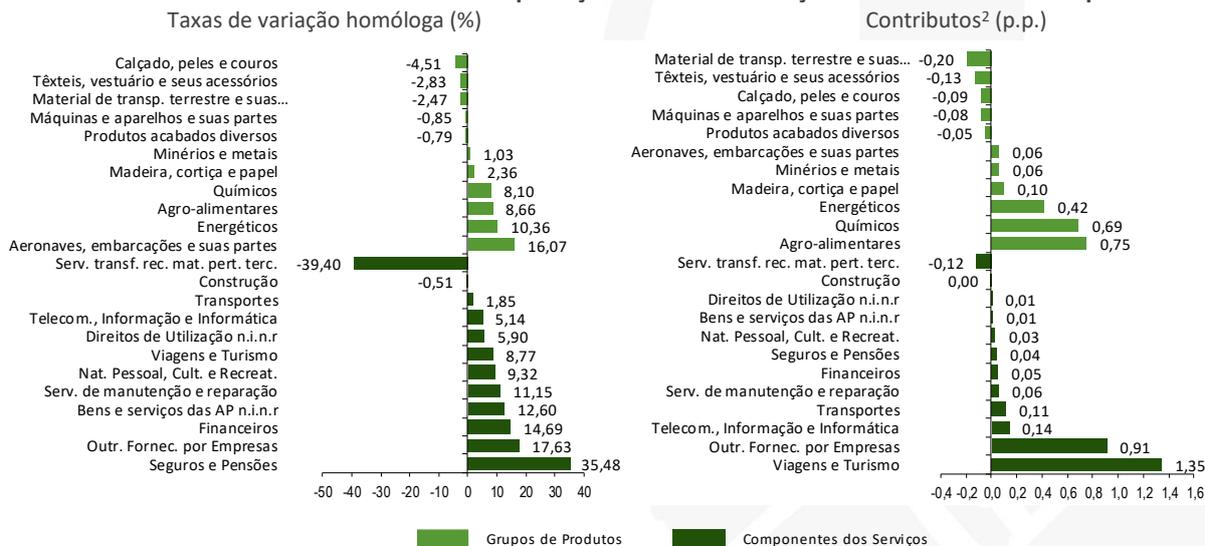
Gráfico 28. Importações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

Em 2024, e de acordo com as estatísticas do comércio internacional de mercadorias do INE, a rubrica de Aeronaves, embarcações e suas partes foi a que apresentou o maior crescimento, em ambos os fluxos (16,1% nas exportações e 20% nas importações, em termos nominais, respetivamente). Do lado das exportações, seguem-se os energéticos (10,4%), os agro-alimentares (8,7%) e produtos químicos (8,1%). Do lado das importações destaca-se adicionalmente o crescimento do calçado, peles e couros (6,4%), seguido dos químicos (6,1%). O mercado comunitário foi o grande impulsionador do crescimento nominal das exportações de mercadorias portuguesas (3,9%, representando 71,1% do total no conjunto do ano 2024), com as exportações para os países terceiros a contraírem 0,9%. Individualmente, e apesar da crise política e económica que a maior economia europeia atravessa, a Alemanha foi, em 2024, o principal motor de crescimento das exportações portuguesas de mercadorias (+1,9 p.p.), principalmente sustentadas pela componente de produtos químicos, nomeadamente farmacêuticos. Seguiram-se as exportações para Espanha (+0,8 p.p.), o principal mercado de destino das exportações portuguesas (25,9% do total em 2024), Itália e Marrocos (ambos com +0,2 p.p.). Do lado das importações, destaca-se o contributo do mercado Francês (+0,3 p.p.), com destaque para a componente das aeronaves, embarcações e suas partes, e máquinas e aparelhos e suas partes, seguido do contributo da Irlanda (+0,3 p.p.), onde se destacam os produtos químicos.

Gráfico 29. Taxas de crescimento das Exportações de bens e serviços e contributos das componentes



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados das Contas Nacionais, para as Exportações de Bens e Serviços, do Banco de Portugal para o cálculo da estrutura das exportações de Serviços e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens e a estrutura implícita nos dados da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços.

[1] Contributos - análise *shift-share*: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (4,1%)

Considerando o total de bens e serviços, a componente de Viagens e Turismo destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações totais no conjunto do ano 2024 (+1,4 p.p.). Seguiu-se o contributo da componente de serviços relativa a outros fornecimentos por empresas (+0,9 p.p.), o contributo da componente de bens relativa a produtos agro-alimentares (+0,8 p.p.), produtos químicos

² A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do comércio internacional de mercadorias do INE para as exportações de bens e a estrutura implícita nos dados da balança de pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços. Nos contributos aplicou-se uma análise *shift-share*: $TVH \times \text{peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das exportações de bens e serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (33,9%).

(0,79 p.p.), e energéticos (0,4 p.p.). Apesar do crescimento expressivo das exportações de aeronaves, embarcações e suas partes, esta rubrica apresentou um contributo relativamente pequeno para o crescimento das exportações.

Caixa 1. As Exportações portuguesas em 2024

Num contexto económico e geopolítico adverso, marcado pela intensificação das tensões comerciais, e a instabilidade política e económica em França e na Alemanha, as exportações portuguesas atingiram máximos históricos em 2024, em termos nominais e reais, no segmento de bens e no segmento de serviços.

No segmento de bens, o detalhe das estatísticas do comércio internacional de mercadorias do INE mostra, porém, que a economia portuguesa não foi imune aos desafios do atual enquadramento externo, com os efeitos a pesarem no setor do Calçado, peles e couros (-4,5%), Têxteis, vestuário e seus acessórios (-2,8%), Material de Transporte Terrestre e suas partes (-2,5%) e Máquinas e aparelhos e suas partes (-0,8%). Ainda assim, **o setor dos Agro-alimentares (+8,7%) e o setor dos Químicos (+8,1%) fecharam o ano em máximos históricos, afirmando-se como os principais motores de crescimento das exportações portuguesas em 2024.** No setor dos Agro-alimentares destaca-se essencialmente a exportação de azeite, enquanto no setor dos Químicos sobressai a exportação de medicamentos, com destaque para a importância crescente dos trabalhos por encomenda (sem transferência de propriedade).

O sucesso da indústria farmacêutica em Portugal: momento ou tendência? Num contexto de aumento da subcontratação na indústria farmacêutica, Portugal tem conseguido posicionar-se para beneficiar da tendência de *nearshoring* nesta indústria, revelando elevada capacidade para captar parcerias com grandes *players* internacionais e absorver competências numa fileira de elevado conteúdo tecnológico, de inovação e conhecimento. De acordo com o INE, a lista das dez maiores empresas exportadoras portuguesas, inclui já duas empresas farmacêuticas, nomeadamente a recém-chegada Pfizer (2024; 7º lugar) e a repetente Eli Lilly (2023 e 2024; 7º e 8º lugares, respetivamente), sustentando a hipótese de um efeito de tendência, de consolidação de Portugal enquanto parceiro estratégico neste setor, em reconhecimento da sua competitividade. A Eli Lilly, por exemplo, que produz medicamentos para o tratamento de diabetes, não tem fábrica de produção em Portugal, mas importa matéria-prima e através de um acordo com uma empresa local, recorrendo à figura de trabalhos por encomenda (sem transferência de propriedade), transforma em território nacional o produto, que é posteriormente exportado como produto acabado. A Espanha (21,5%, em 2024), a Alemanha (16,7%) e os EUA (15,4%) são os principais mercados de destino das exportações portuguesas de produtos químicos, ainda assim, em 2024, o mercado alemão foi o grande motor de crescimento das exportações desta fileira.

A resiliência da fileira automóvel em Portugal. Em 2024, a concorrência chinesa colocou a indústria automóvel europeia sob pressão, com várias marcas de fabricantes de veículos a anunciar despedimentos, encerramentos de fábricas e planos de reestruturação na Alemanha e França. Em Portugal, 2024 foi o segundo melhor ano de sempre, com a produção de veículos automóveis a crescer 4,5% em termos homólogos (332 546 veículos produzidos, representando 96% do máximo histórico atingido em 2019 em que foram produzidos 345 688 automóveis). Ainda assim, as exportações de material de transporte registaram uma quebra de 2,5% (contrariando o crescimento das exportações totais portuguesas em 0,3 p.p.), possivelmente associada a um efeito preço. A análise por mercado de destino, revela diferentes

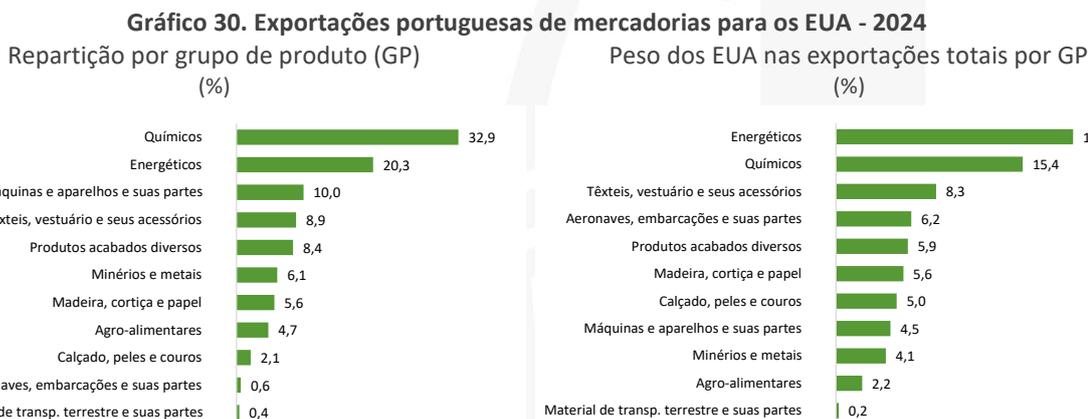
direções em termos de desempenho, com a Alemanha a registar um crescimento de 16,6%, (+2,6 p.p.), seguido do Reino Unido (+17,6%; +1,3p.p.) e Espanha (+3,5%; +0,9 p.p.), enquanto a França registou uma contração de 15,6% (-2,5p.p.). Na indústria das componentes, cujas exportações nacionais apresentaram uma queda de 0,8% (-0,1 p.p.), as exportações para a Alemanha registaram um máximo histórico em 2024, com um crescimento de 8,5% em termos homólogos (+1,7 p.p.), enquanto as exportações para França contraíram 14,9% (-1,7 p.p.). A explicar a resiliência do setor, em particular das exportações com destino à Alemanha, pode estar algum efeito de substituição de produção alemã por importações nacionais, nomeadamente no perímetro do grupo Autoeuropa. De referir que a Volkswagen Autoeuropa, a segunda maior empresa exportadora nacional, apresentou em 2024 o seu melhor registo de produção desde a pandemia.

Ainda no segmento dos bens, mas mudando o foco para os mercados de destino, o detalhe das estatísticas do comércio internacional de mercadorias do INE mostra também algum contraste no desempenho por mercado de destino, **com as exportações para França a contraírem 4,8% e a registarem o maior contributo negativo para o desempenho das exportações portuguesas de mercadorias**, principalmente associado à quebra significativa nas exportações de Material de transporte e Máquinas e aparelhos e suas partes, e **as exportações para a Alemanha, EUA e Espanha a atingirem máximos históricos em 2024**.

Apesar da crise política e económica que afeta a maior economia europeia, a Alemanha foi, em 2024, o principal motor de crescimento das exportações portuguesas de mercadorias, explicando 82% do desempenho total, impulsionado pelo segmento dos produtos farmacêuticos. Em 2024, as exportações portuguesas de mercadorias para a Alemanha atingiram um máximo histórico em termos nominais, com um crescimento de 18,5%, destacadamente acima da média nacional (2,4%), tornando-se o segundo principal mercado de exportação da economia portuguesa (12,4%), atrás da Espanha (25,4%), ao superar o mercado Francês (12,2%), que desde 2014 ocupava a segunda posição no ranking. Apesar do contexto de incerteza em torno deste parceiro comercial, o crescimento das exportações foi transversal à grande maioria dos segmentos, com exceção das “Aeronaves, embarcações e suas partes” e dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” que registaram contrações de 24,9% e 5,8%, respetivamente. Dentro dos segmentos com maior crescimento destacam-se sobretudo os “Energéticos” (95,1%) e os Químicos (93,1%), seguidos do “Material de transporte terrestre e suas partes” (16,6%) e da “Madeira, Cortiça e papel” (12,5%). Ainda assim, o segmento dos produtos químicos, mais concretamente medicamentos, foi o grande impulsionador das exportações para este mercado. De acordo com o INE, cerca de 10,3% das exportações para o mercado alemão, ocorreram sem mudança de propriedade, com vista ou na sequência de trabalhos por encomenda, sobretudo neste segmento da venda de produtos químicos.

As tensões comerciais adensam-se com as recentes alterações na política comercial dos EUA, marcada pelo aumento de direitos aduaneiros sobre a importação de bens. Além das tarifas globais de 25% às importações de alumínio, aço e veículos automóveis, anunciadas em fevereiro de 2025, a administração Trump, anunciou no início de abril, a implementação de “tarifas recíprocas” sobre a importação de quase todos os restantes produtos. Estas tarifas variam de 10% a 50% e afetam mais de 180 países. No caso da UE a tarifa anunciada é de 20%. No caso da China, além das duas parcelas de tarifas adicionais de 10%, foi adicionada uma “tarifa recíproca” de 34%, perfazendo uma penalização de 54% a este mercado. Enquanto os países preparam contramedidas, as tensões comerciais aumentam. Por exemplo, a China que, entretanto, já anunciou tarifas retaliatórias aos EUA viu aumentada a penalização sobre os seus produtos

em 50 p.p. para uma taxa alfandegária de 104%. A escalada destas tensões comerciais adensa a hipótese de uma guerra comercial, com efeitos negativos para a economia global. Em 2024, as exportações portuguesas para os EUA cresceram 1,5%, atingindo um máximo histórico em termos nominais. Os EUA são o principal mercado de destino extracomunitário das exportações portuguesas e o quarto principal mercado de destino no total das exportações, com um peso de 6,7% no total. Os produtos químicos configuram a principal exportação para os EUA, representando 32,9% do total. Seguem-se os Energéticos (20,3%) e as Máquinas e aparelhos e suas partes (10%). Ainda assim, em 2024, os energéticos foram o principal motor do crescimento das exportações para este mercado (+14,9%; +2,7 p.p.). De acordo com o INE, a Petrolgal e a farmacêutica Eli Lilly, são as principais empresas exportadoras para os EUA, operando nos setores que apresentam maior exposição a este mercado. No caso dos produtos energéticos, essencialmente gasolinas, os EUA pesaram 19,5% nas exportações totais do setor. No caso dos produtos químicos, os EUA absorveram 15,4% do total. Porém, é de referir que os produtos farmacêuticos, bem como o petróleo, gás, cobre, ouro, prata, platina, paládio, madeira, semicondutores e minerais não encontrados em solo norte-americano, ficaram para já isentos da aplicação de tarifas. Seguiram-se os Têxteis, vestuário e seus acessórios (8,3%) e as Aeronaves, embarcações e suas partes (6,2%).



Fonte: GEE, com base nos dados do Comércio Internacional do INE.

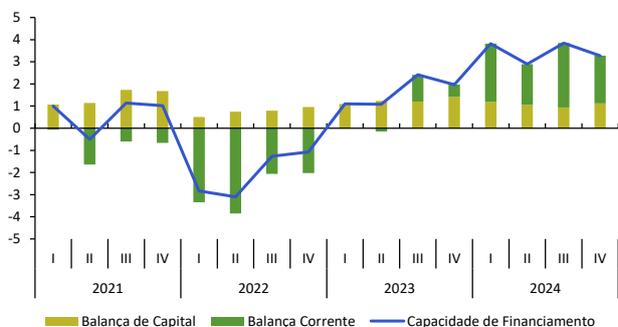
No segmento dos serviços, as exportações portuguesas também registaram um máximo histórico em 2024. A componente de Viagens e Turismo, que apresentou um crescimento de 8,8%, destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações portuguesas de serviços, tendo sido também o principal motor para o crescimento das exportações totais (bens e serviços) em 2024 (+1,35 p.p.). Adicionalmente, a componente de serviços relativa a Outros fornecimentos por empresas (+17,6%, tvh), apresentou pelo segundo ano consecutivo o segundo maior contributo para o crescimento das exportações (+0,9 p.p.). Nesta rubrica são registadas as transações de serviços de apoio às empresas, como consultoria, auditoria, logística, seguros, entre outros, que não se enquadram nas categorias de bens ou serviços específicos.

Contas Externas

A economia portuguesa exibiu em 2024 uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB, o que representa uma melhoria face à capacidade de financiamento do ano anterior (2% do PIB). Em 2024, a capacidade de financiamento situou-se em 9,4 mil milhões de euros, representando um aumento de 4,1 mil milhões de euros relativamente ao ano anterior. Esta evolução é resultado da melhoria da balança de

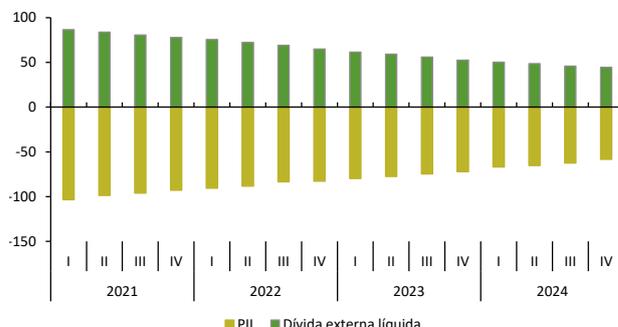
bens e serviços e de rendimentos (0,9 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente). Em sentido contrário, a balança de capital registou uma redução do excedente (-0,3 p.p.).

Gráfico 31. Capacidade de Financiamento
(% do PIB)



Fonte: INE.

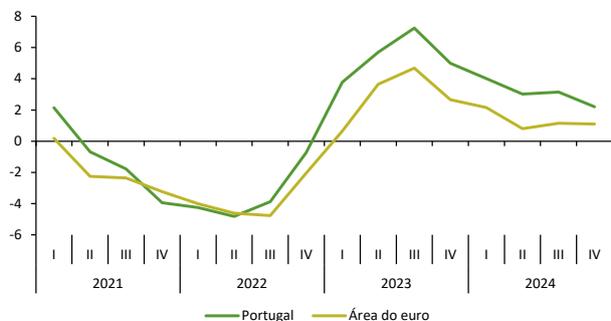
Gráfico 32. Dívida externa líquida e Posição de investimento internacional
(% do PIB)



Fonte: Banco de Portugal.

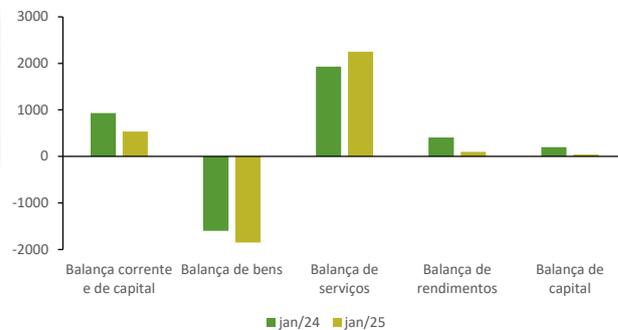
A posição de Investimento Internacional (PII) e a dívida externa líquida continuaram trajetória de redução. No final de 2024, a PII apresentava um saldo negativo de 58,3% do PIB (menos 14,1 p.p. a 2023), continuando a tendência de trajetória de redução que se verifica desde o ano de 2015. Todas as componentes, com exceção dos derivados, apresentaram uma evolução positiva face ao anterior, com particular destaque para o investimento de carteira. A dívida externa líquida apresentou uma redução de 8,1 p.p., situando-se em 44,3% do PIB no final de 2024.

Gráfico 33. Termos de troca de bens e serviços
(vh, p.p.)



Fonte: Eurostat.

Gráfico 34. Balança corrente e de capital
(milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Os termos de troca de bens e serviços desaceleraram em 2024. Tendo registado, no quarto trimestre de 2024, uma variação homóloga de 2,2 p.p. (após 5 p.p. no período homólogo anterior), os termos de troca continuam, no entanto, favoráveis a Portugal e acima da média da área do euro. No segmento dos bens, os termos de troca registaram uma variação homóloga de 1,9 p.p., acima da média da área do euro (1,6 p.p.). Por outro lado, os termos de troca no segmento dos serviços, registaram uma queda de 2,3 p.p., inferior aos da área do euro (-0,1 p.p.).

A capacidade de financiamento foi de 535 milhões de euros em janeiro de 2025. Tal traduz-se numa variação de menos 397 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, tendo para tal contribuído a deterioração do saldo de todas as suas componentes, com exceção da balança de serviços. A balança de

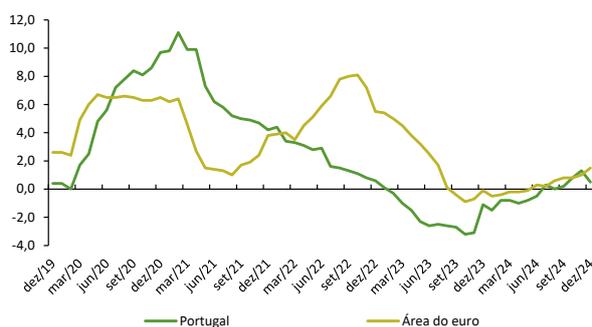
bens aumentou o défice em 254 milhões de euros, enquanto as balanças de rendimentos e de capital viram o seu saldo ser reduzido em 309 e 156 milhões de euros, respetivamente. Em sentido contrário, a balança de serviços melhorou o seu saldo em 322 milhões de euros.

Financiamento e Endividamento

No final de 2024, a tva do stock de empréstimos foi de 0,5%. De acordo com nota de informação estatística do Banco de Portugal, no final de 2024, o stock de empréstimos bancários às empresas em Portugal era de 72,5 mil milhões de euros, menos 0,7 mil milhões de euros do que no final de 2023, decréscimo que decorre essencialmente de perdas em operações de vendas de crédito (variações de volume e preço), que mais do que compensaram o aumento dos empréstimos concedidos (transações). O aumento das transações traduziu-se numa taxa de variação anual do stock (tva) em dezembro de 2024 de 0,5% (-1,1% em dezembro de 2023) inferior à registada na zona euro (1,5%) no mesmo período. Por dimensão, verificaram-se diminuições do stock de empréstimos em Portugal, em dezembro de 2024, nas Pequenas e Médias Empresas (-1,4% e -5,2% tva, respetivamente) e aumentos homólogos nas Grandes e Microempresas (0,3% e 7,2%, respetivamente).

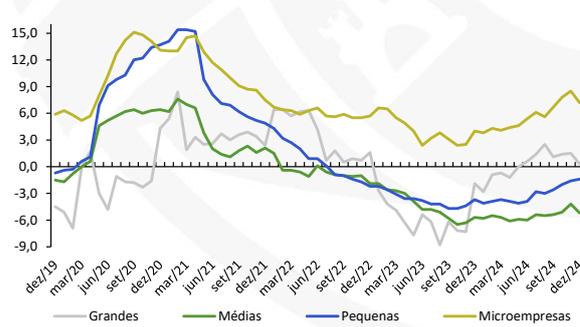
No quarto trimestre de 2024, em Portugal, os critérios de concessão de crédito e a procura de crédito pelas empresas permaneceram inalterados, face ao trimestre anterior. Segundo o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, publicado pelo Banco de Portugal em janeiro de 2025, os critérios de concessão de crédito permaneceram praticamente inalterados no segmento das empresas (embora ligeiramente mais restritivos para PME). Verificou-se uma ligeira diminuição da taxa de juro praticada, influenciada pela concorrência de outras instituições bancárias. Também a procura de empréstimos em Portugal por parte das empresas permaneceu sem alterações. Segundo os resultados do *Euro Area Bank Lending Survey* (BLS), verificou-se um aumento moderado da procura de crédito por parte das empresas na área do euro relacionado com a diminuição da taxa de juros, e uma restritividade líquida dos critérios de concessão de crédito, relacionada com o ambiente de crescente incerteza política na Alemanha e França.

Gráfico 35. Stock de Empréstimos Bancários
(taxa de variação anual, %)



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 36. Stock de Empréstimos Bancários por dimensão
(Taxa de variação anual, %)

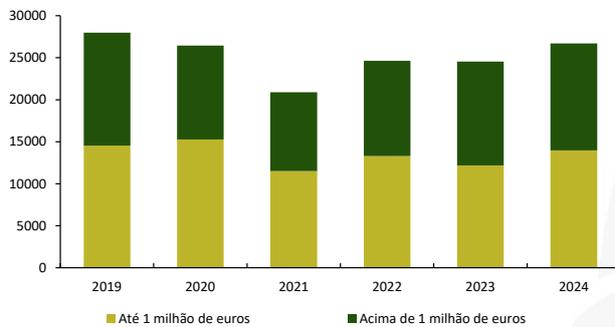


Fonte: Banco de Portugal.

Na área do euro, no quarto trimestre de 2024, verificou-se uma perceção de agravamento dos outros custos de financiamento, de requisitos de colateral mais rígidos e de diminuição da disponibilidade de empréstimos bancários, acompanhada de uma manutenção da procura das empresas por crédito bancário. Segundo o *Survey on the Access to Finance of Enterprises* (SAFE), no quarto trimestre de 2024, 4% (percentagem líquida) das empresas percecionou uma diminuição das taxas de juro (face a uma percentagem líquida de 4% das empresas que percecionou um aumento das mesmas no trimestre anterior).

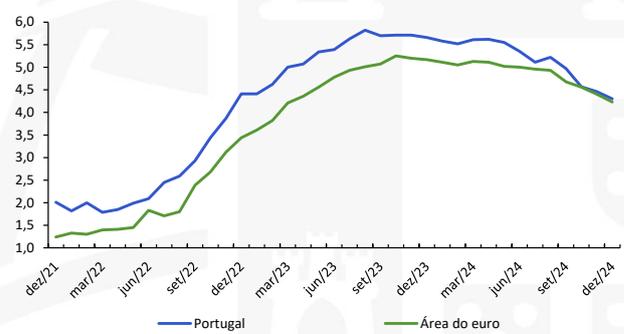
Para Portugal a percentagem líquida das empresas que percecionou uma diminuição das taxas de juro situou-se nos 8% (face a uma percentagem líquida de 8% que no trimestre anterior percecionou um aumento das mesmas). Contudo, em termos líquidos, a percentagem de empresas que reportou aumentos de outros custos de financiamento diminuiu em comparação com o trimestre anterior, e a percentagem de empresas que reportou maior restritividade dos requisitos de colateral aumentou, tanto na área do euro como em Portugal. Relativamente à necessidade de crédito bancário, não se observaram alterações (face a uma diminuição, tanto em Portugal como na área do euro, no trimestre anterior), enquanto a percentagem líquida de empresas a reportar uma diminuição na disponibilidade de empréstimos bancários foi de 2% na área do euro (face a uma percentagem líquida de empresas a reportar uma melhoria de 1% no trimestre anterior) e a percentagem líquida de empresas a reportar uma melhoria na disponibilidade de empréstimos bancários foi de 5% em Portugal (face a 7% no trimestre anterior).

Gráfico 37. Novos empréstimos às SNF
(milhões de euros)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal.

Gráfico 38. Taxas de juro – média ponderada de montantes
(%)

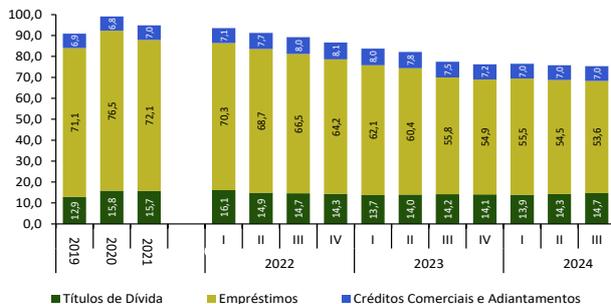


Fonte: Banco Central Europeu.

Em 2024, o montante de novos empréstimos aumentou 8,8% face ao período homólogo. Em 2024, o montante de novas operações de empréstimos concedidos pelos bancos às empresas foi de 26 705 milhões de euros, mais 8,8% (taxa de variação homóloga – tvh) do que em 2023. Foram concedidos, neste período, 13 981 milhões de euros nos empréstimos até 1 milhão de euros e 12 724 milhões nos empréstimos acima de 1 milhão de euros, mais 14,7% (tvh) e 2,9% (tvh), respetivamente, face ao período homólogo

A taxa de juro média dos novos empréstimos às empresas diminuiu entre dezembro 2023 e dezembro de 2024. Em dezembro de 2024, a taxa de juro foi de 4,30% em Portugal (menos 1,36 p.p. face a dezembro de 2023). Na área do euro a taxa de juro foi de 4,23% (menos 0,94 p.p. face a dezembro de 2023).

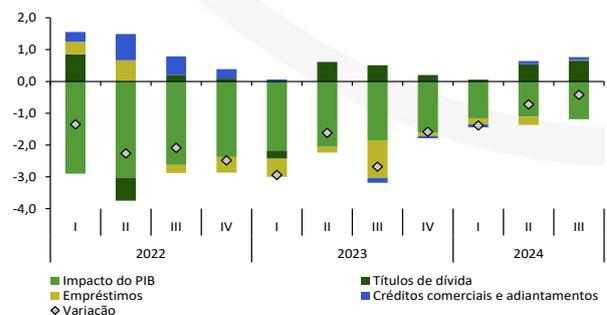
Gráfico 39. Evolução da dívida das SNF
(% do PIB)



Nota: Dívida consolidada

Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para os valores da dívida em títulos de dívida, empréstimos, e créditos comerciais e adiantamentos, e com base em dados do INE para os valores do PIB

Gráfico 40. Contributos para a variação da dívida das SNF
(pontos percentuais)



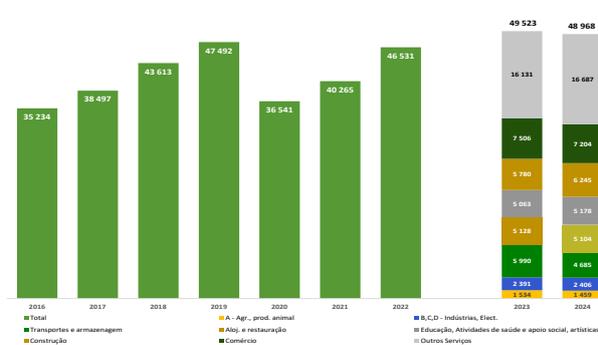
A dívida das SNF, em percentagem do PIB, diminuiu no terceiro trimestre de 2024 pelo décimo quarto trimestre consecutivo. No terceiro trimestre de 2024, a dívida das SNF, em percentagem do PIB diminuiu 2,5 p.p. face ao final de 2023 e 0,4 p.p. face ao trimestre anterior, para 75,4%. Desde 2019, a dívida das SNF em percentagem do PIB diminuiu 15,6 p.p..

O crescimento do PIB foi o maior contributo para a variação do rácio da dívida das SNF (%PIB). A evolução da dívida das SNF é explicada, exclusivamente, pelo impacto do crescimento do PIB. Em direção contrária, observaram-se aumentos nominais em todas as componentes: “títulos de dívida”, “empréstimos” e “créditos comerciais e adiantamentos”. Em percentagem do PIB, a componente “títulos de dívida” aumentou para 14,7%, enquanto os “empréstimos” diminuíram para 53,6% e os “créditos comerciais e adiantamentos” permaneceram praticamente inalterados.

Dinamismo Empresarial

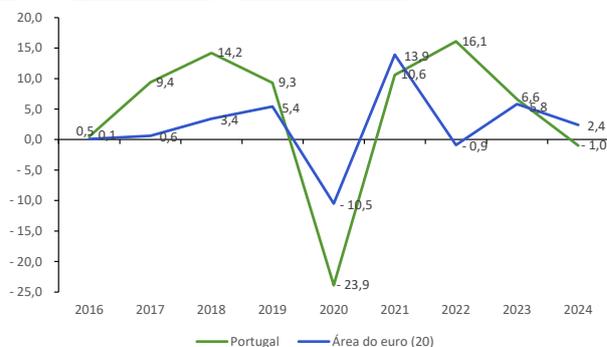
Em 2024, a constituição de empresas em Portugal diminuiu em termos homólogos, mas manteve-se acima do nível pré-pandemia. O número total de empresas constituídas em 2024 ficou ligeiramente abaixo do verificado em 2023 (-1,1%), com 48 968 registos, mas representou um crescimento de 3,1% comparativamente a 2019. Os setores do Comércio e da Construção foram os que assinalaram mais empresas novas em 2024 (7 204 e 6 245, respetivamente), mas enquanto a Construção cresceu 8% em termos homólogos o Comércio diminuiu 4%. O setor dos Transportes e Armazenagem, com 4 685 novas empresas criadas em 2024, foi o que menos cresceu, com uma tvh de -21,8%. Em 2024, excluindo o setor agrícola, a constituição de empresas em Portugal diminuiu 1,0%, enquanto a área do euro cresceu 2,4%.

Gráfico 41. Constituição de Novas Empresas em 2024
(Número)



Fonte: INE.

Gráfico 42. Constituição de Empresas
(tvh)



Fonte: EUROSTAT.

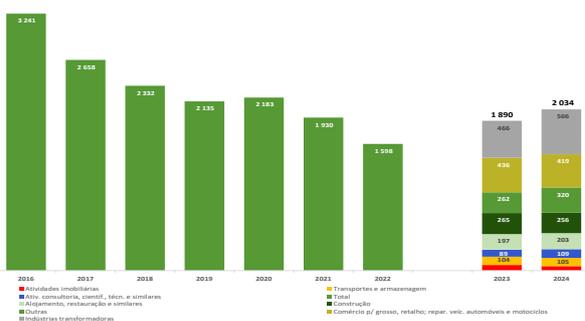
Nota: Série da área do euro - dados para o conjunto de países disponíveis; sem setor agrícola.

Em 2024, as insolvências decretadas³ em Portugal voltaram a crescer, refletindo o fim das medidas extraordinárias de apoio direto à tesouraria das empresas e à proteção do emprego, mas continuam abaixo do período pré-pandemia. O número de insolvências decretadas a empresas (2 034) cresceu 7,6% em termos homólogos. Apesar da tendência de crescimento iniciada em 2023, o número de insolvências permanece abaixo do verificado em 2019, com uma diminuição de 4,7%. O maior número de casos registou-se nas Indústrias Transformadoras (566), com um aumento de 21,5%, seguindo-se o Comércio por Grosso

³ Decisão do juiz relativamente aos processos de insolvência entrados em tribunal.

e a Retalho (419), com uma redução de 3,9%. O maior crescimento de insolvências verificou-se no setor das Atividades de Consultoria, Científicas e Técnicas com uma tvh de 22,5% (109 casos). Em contrapartida, as Atividades Imobiliárias foram o setor que registou a maior descida face a 2023, com uma tvh de -21,1% (56 registos). Os processos de insolvência⁴ em Portugal registaram, em 2024, uma tvh de 7,1% enquanto na área do euro se verificou um crescimento de 14,1% (tvh).

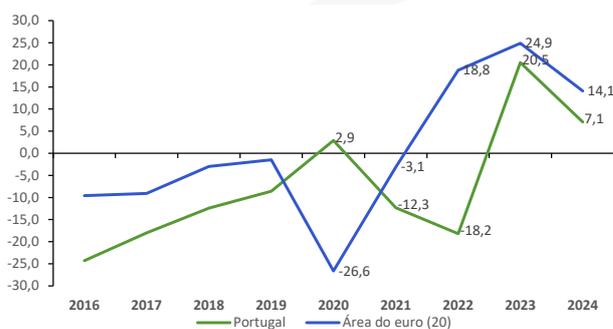
Gráfico 43. Insolvências decretadas em 2024
(Número)



Fonte: INE.

Nota: Dados referentes a pessoas coletivas de direito privado e público.

Gráfico 44. Processos de insolvência
(tvh)



Fonte: Eurostat.

Nota: Série da área do euro (dados para o conjunto de países disponíveis).

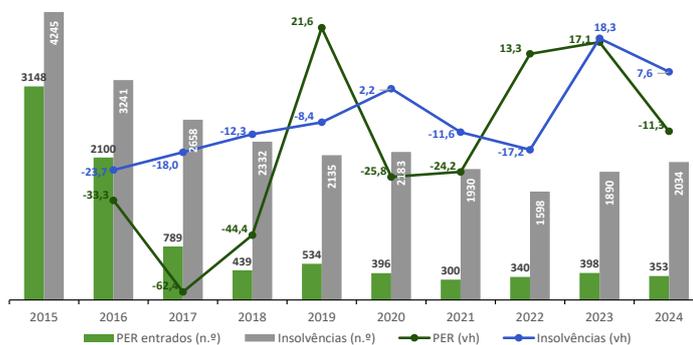
Caixa 2. Insolvências e PER em Portugal – evolução dos mecanismos judiciais de recuperação

Nos últimos anos, as insolvências de empresas em Portugal vinham a apresentar uma tendência de diminuição. Com efeito, à exceção do ano 2020, em que as insolvências decretadas cresceram 2,2%, o número de insolvências decretadas registou decréscimos em 2021 e 2022, refletindo o conjunto diversificado de medidas implementadas em contexto de crise económica resultante da pandemia COVID-19, destinadas ao apoio direto à tesouraria das empresas (Programa APOIAR, moratórias de pagamentos, flexibilização de pagamento de impostos, suspensão do dever de apresentação à insolvência, entre outras) e à proteção do emprego (*layoff* simplificado). Com o fim destas medidas extraordinárias, em 2023 e 2024 as insolvências decretadas a empresas voltaram a subir (18,3% e 7,6%, respetivamente), refletindo, também, o contexto de tensões geopolíticas a nível mundial, com impacto nas cadeias de valor globais e no aumento de custos de produção.

O Processo Especial de Revitalização (PER), mecanismo de recuperação judicial, também tem apresentado uma tendência de diminuição em termos de adesão. Em 2017, com as alterações instituídas pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, as pessoas singulares (cidadãos), que até então também podiam apresentar-se ao PER com vista a verem aprovado um plano de reestruturação das suas dívidas com os credores e evitar a insolvência, passaram a ter um mecanismo específico - Processo Especial para Acordo de Pagamento (PEAP), também regulado pelo CIRE, ficando o PER a ser exclusivo para pessoas coletivas (empresas). Este fator, aliado a outras alterações que trouxeram maior especificidade e exigência na instrução dos processos PER, contribuiu para a redução do número de processos entrados em tribunais judiciais de 1.ª instância, a partir de 2017.

⁴ Processo de insolvência corresponde à apresentação, voluntária ou por um credor, à insolvência. Desse processo poderá o juiz decretar insolvência ou ser homologado um plano de recuperação do devedor.

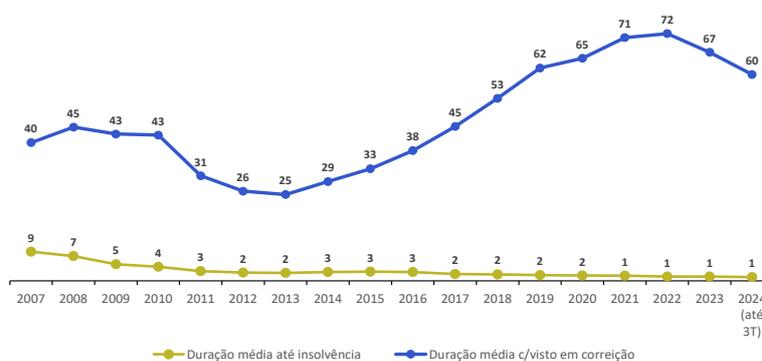
Gráfico 45. Evolução das insolvências decretadas e processos PER entrados (tribunais judiciais de 1ª instância)



Fonte: GEE, com base em dados do INE (insolvências) e DGPJ (PER);
 Nota: Dados PER para 2024 disponíveis até ao final do 3.º trimestre.

A evolução do número de insolvências decretadas tem-se mantido bastante superior ao dos processos PER iniciados. Em 2024, os processos PER entrados até ao final do 3.º trimestre correspondem apenas a 17,4% do número total de insolvências decretadas nesse ano. Esta discrepância poderá refletir diversos fatores, entre os quais se destacam: i) um diagnóstico tardio por parte das empresas acerca da sua saúde económico-financeira, que estando numa situação de incumprimento generalizado das suas obrigações financeiras já não podem recorrer ao PER e têm de seguir pela via da insolvência; ii) rejeição de processos em fase preliminar, quando o administrador judicial provisório considera existir situação de insolvência, o que conduz à conversão do PER em processo de insolvência e à impossibilidade de nova apresentação ao PER por um período de dois anos, evitando o uso abusivo do mecanismo.

Gráfico 46. Evolução das insolvências decretadas e do PER (processos findos) (tribunais judiciais de 1ª instância)

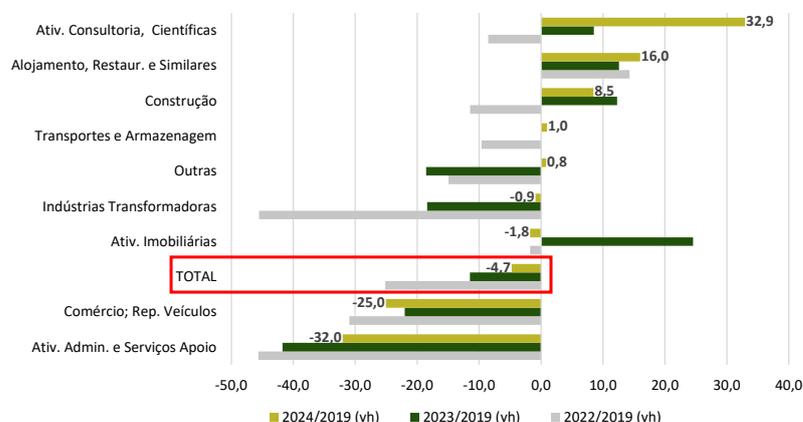


Fonte: GEE, com base em dados da DGPJ.
 Nota: Dados de 2024 até ao final do 3.º trimestre

No âmbito da insolvência, a duração média dos processos até à declaração de insolvência, medida pelo tempo decorrido desde a data de entrada no tribunal e a data de decisão final proferida pelo tribunal, tem registado uma evolução favorável, o que indicia maior celeridade processual, passando de nove meses em 2007 para um mês em 2021. Esta evolução traduz ganhos de eficiência atribuíveis a medidas de simplificação e desmaterialização de certos atos. Em 2024, até ao final do 3.º trimestre, a duração média dos processos de insolvência manteve-se em um mês. Já a duração média até à emissão do visto em correção — que assinala o encerramento definitivo do processo após verificação formal de todos os

trâmites — continua a evidenciar maior morosidade. Em 2024, este indicador situava-se nos 60 meses, sugerindo a necessidade de intervenções que promovam maior celeridade nesta fase terminal.

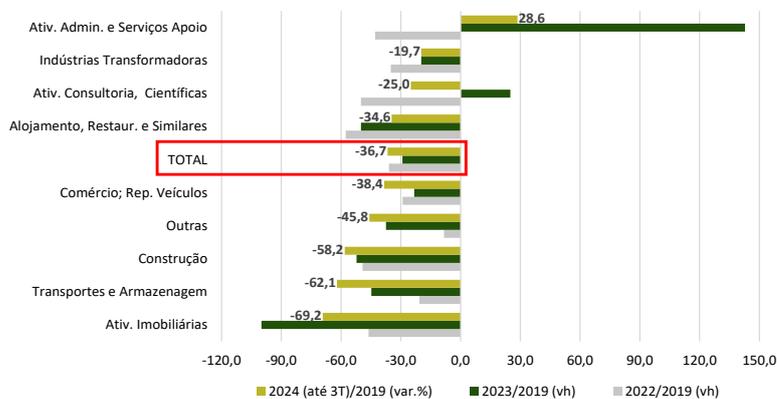
Gráfico 47. Insolvências decretadas setor de atividade
(variação % face a 2019)



Fonte: GEE, com base em dados do INE.

Em 2024, os setores que evidenciaram maior crescimento do número de insolvências decretadas, face a 2019, foram os das Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares (+32,9%) e o Alojamento e Restauração (+16%). Por contraste, o Comércio por Grosso e Retalho/Reparação de Veículos e o setor das Atividades Administrativas e Serviços de Apoio continuam a registar números inferiores a 2019 (-25% e -32%, respetivamente).

Gráfico 48. PER por setor de atividade
(variação % face a 2019)



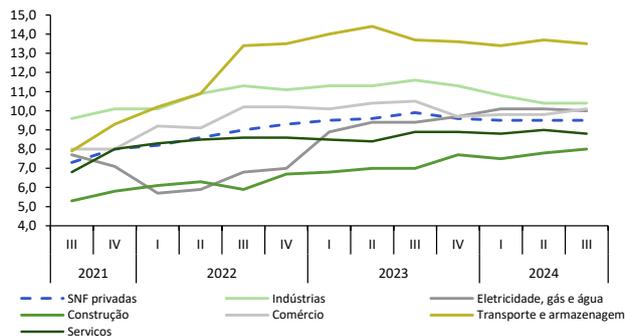
Fonte: GEE, com base em dados da DGPJ.

Nota: Dados PER para 2024 disponíveis até ao final do 3.º trimestre.

Quanto ao PER, em 2024 e até ao final do 3.º trimestre, foram concluídos menos 36,7% processos do que no total de 2019. O setor das Atividades Administrativas e Serviços de Apoio é o único em que o número de PER findos até ao 3.º trimestre de 2024 ultrapassa o valor de 2019 (+28,6%): em todos os restantes setores ficam abaixo.

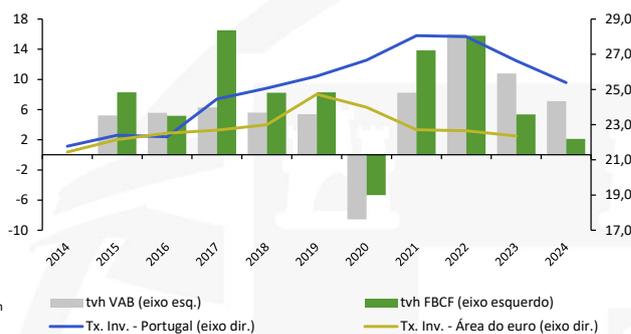
A **rendibilidade média do ativo das SNF diminuiu ligeiramente face ao final de 2023**. Após subidas consecutivas desde o início de 2021, a rendibilidade do ativo diminuiu para 9,6% no quarto trimestre de 2023⁵ e para 9,5% no primeiro trimestre de 2024, estabilizando no segundo e terceiro trimestres de 2024. A diminuição entre o terceiro trimestre de 2024 e o final de 2023, deveu-se às diminuições nas Indústrias (-0,9 p.p.), Transportes e armazenagens e dos Serviços (-0,1 p.p., em ambos).

Gráfico 49. Rendibilidade do ativo das SNF
(EBITDA em % do ativo total)



Fonte: BdP.

Gráfico 50. Taxa de investimento (FBCF/VAB), taxa de variação do VAB e taxa de variação da FBCF
(%)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do INE.

A **taxa de investimento das SNF diminuiu em 2024 para 25,4%** (inferior em 1,2 p.p. face ao ano anterior e em 0,4 p.p. face a 2019). Esta diminuição reflete um aumento do VAB (7,1%, tvh) superior ao aumento da FBCF (2,1%, tvh). Neste contexto, destaca-se a apresentação pela Comissão Europeia, em janeiro de 2025, da Bússola para a Competitividade, que materializando em ações concretas as principais recomendações do Relatório Draghi, alerta para o caráter fundamental do investimento, nomeadamente do investimento em investigação e desenvolvimento, para reforçar a competitividade europeia.

Caixa 3. Bússola para a Competitividade - Um Roteiro para Reforçar o Financiamento e o Investimento Empresarial na UE

A Bússola para a Competitividade, apresentada pela Comissão Europeia (CE) em 29 de janeiro de 2025, define um novo quadro estratégico para revitalizar a economia europeia, traduzindo em ações concretas as principais recomendações do Relatório Draghi sobre o futuro da competitividade da União Europeia (UE).

Este relatório, divulgado em setembro de 2024, alerta para a perda de dinamismo da Europa face aos EUA e à China, apontando **três pilares fundamentais**:

- 1. Inovação:** Superar o atraso em relação a outras potências mundiais, promovendo investimentos significativos em investigação e desenvolvimento.
- 2. Descarbonização e Competitividade:** Implementar um plano conjunto que acelere a transição ecológica, reduzindo simultaneamente os custos energéticos e fortalecendo a competitividade industrial.
- 3. Segurança Económica:** Reduzir dependências estratégicas em áreas críticas, garantindo uma maior autonomia e resiliência da economia europeia.

⁵ Salvo indicação contrária, a rendibilidade média do ativo das SNF apresentada corresponde a ano acabado no trimestre.

A Bússola transforma estas recomendações num plano de ação estruturado, assente nestes três pilares e complementado por **cinco fatores horizontais**, que têm **impacto direto no financiamento das empresas e na atração de investimento** para a UE:

- 1. Simplificação:** Redução da carga administrativa e regulamentar, tornando o acesso a fundos e decisões da UE mais ágil. O objetivo é reduzir 25% da carga administrativa para empresas e, em particular, 35% para as pequenas e médias empresas (PME). A proposta **Omnibus** simplificará, entre outros, obrigações quanto a relatórios de sustentabilidade (ESG), *due dilligence* e taxonomia.
- 2. Reduzir os obstáculos ao mercado único (MU):** Eliminação de barreiras intra-UE e modernização da governação do MU, agilizando processos de normalização, especialmente para PME e start-ups.
- 3. Financiamento da competitividade:** Criação da **União Europeia da Poupança e do Investimento**, promovendo novos produtos financeiros, capital de risco e a circulação eficiente de investimentos. O orçamento da UE 2028-2034 será reorientado para facilitar o acesso a fundos comunitários.
- 4. Promover as competências e os empregos de qualidade:** Lançamento da **União de Competências**, promovendo o investimento, aprendizagem ao longo da vida, retenção de talentos, mobilidade equitativa e atração de profissionais qualificados.
- 5. Melhor coordenação das políticas a nível da UE e a nível nacional:** Criação de uma **ferramenta de coordenação da competitividade** para alinhar objetivos da UE com os Estados-Membros, identificar projetos transfronteiriços e reforçar investimentos. Um **Fundo Europeu para a Competitividade** substituirá instrumentos financeiros dispersos.

A Comissão considera que, para recuperar a competitividade e gerar crescimento, a UE tem de promover um ambiente empresarial favorável onde as empresas crescem e prosperam. Os pacotes Omnibus, que constituem a proposta enviada a 26 de fevereiro de 2025 ao Parlamento e ao Conselho, reduzirão a burocracia, beneficiando PME e empresas de média capitalização (mid caps), facilitando o financiamento sustentável para a transição ecológica.

Medidas de Simplificação e Investimento (Pacote Omnibus I):

- Otimização da comunicação de informações sobre sustentabilidade;
- Simplificação de *due dilligence* e do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço;
- Expansão das oportunidades em programas de investimento da UE;

Se implementadas, estas propostas poderão gerar poupanças de 6,3 mil milhões de euros anuais e mobilizar 50 mil milhões de euros em investimento público e privado.

Investimento e Reformulação do InvestEU (Pacote Omnibus II)

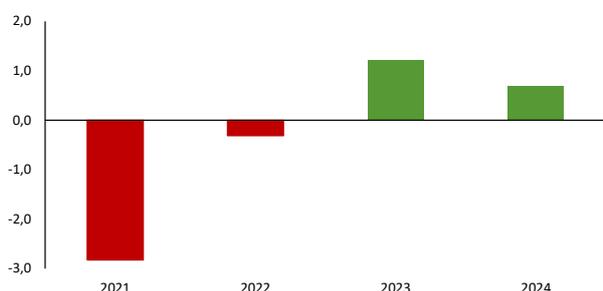
O programa InvestEU, principal instrumento da UE para partilha de riscos em investimentos estratégicos, será reforçado para apoiar a inovação, a descarbonização e a competitividade. As medidas incluem:

- Reutilização de retorno de investimentos anteriores para financiar novas iniciativas;
- Facilitação da participação dos Estados-Membros e mobilização de investimento privado;
- Redução da burocracia para intermediários financeiros e PME, com poupanças previstas de 350 milhões de euros.

Finanças Públicas

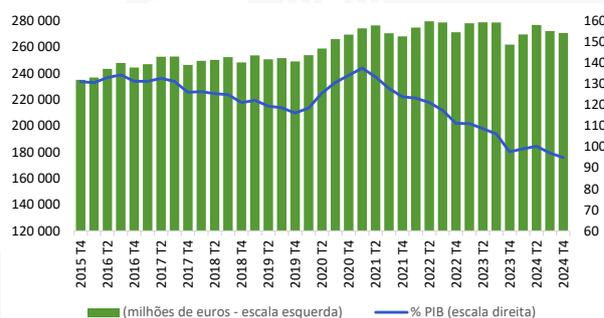
Excedente orçamental de 0,7% do PIB. Em 2024, o setor das Administrações Públicas (AP) registou um excedente orçamental de 1 994 milhões de euros (0,7% do PIB), inferior em 1 252 milhões de euros ao registado no ano anterior (1,2% do PIB). Esta evolução resultou de um aumento da despesa (em 7,6%) superior ao da receita (6,3%). O excedente registado em 2024 situou-se acima da meta fixada no Orçamento do Estado para 2024 (0,2% do PIB) e da estimativa atualizada aquando da elaboração do Orçamento do Estado para 2025 (0,4% do PIB). Tanto a receita como a despesa ficaram aquém do estimado, sendo o desvio mais acentuado do lado da despesa.

Gráfico 51. Saldo das administrações públicas
(% do PIB)



Fonte: INE.

Gráfico 52. Dívida pública (ótica de Maastricht)
(% do PIB)



Fonte: INE.

Receita aumentou 6,3%, beneficiando da evolução positiva de todas as componentes, com exceção da receita de capital (-20,9%), cuja redução reflete a diminuição de fundos da União Europeia (excetuando a componente do PRR, que aumentou 26%). Os maiores contributos resultaram:

- das contribuições sociais (2,6 p.p.);
- dos impostos indiretos (2,4 p.p.) e dos impostos diretos (0,9 p.p.).

Despesa aumentou 7,6%. Para esta evolução contribuíram principalmente:

- as prestações sociais (4,3 p.p.), refletindo essencialmente a atualização de pensões e o aumento do número de pensionistas. Destaque ainda para os acréscimos nas outras prestações sociais suportadas pela Segurança Social, em particular o abono de família e os apoios às instituições sem fins lucrativos;
- as despesas com pessoal (2,1 p.p.), refletindo a atualização remuneratória generalizada dos trabalhadores em funções públicas e, com menor impacto, as medidas do regime especial de aceleração das carreiras na Administração Pública (saúde e educação);
- as despesas em consumo intermédio (0,9 p.p.) e em investimento (0,7 p.p.), neste caso, impulsionado pela aplicação dos fundos europeus do PRR.

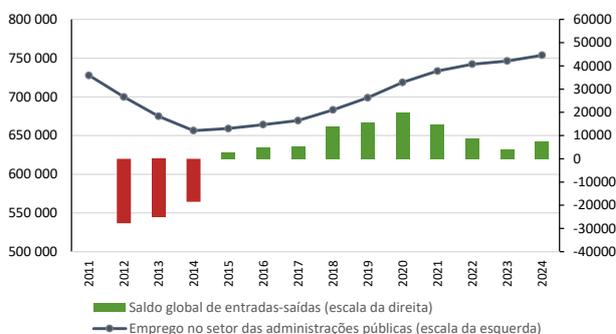
Dívida pública desceu para 94,9% do PIB, no final de 2024, representando uma redução de 2,8 p.p. face ao final de 2023.

Rating da dívida pública em patamar “A”. Em novembro de 2024, a agência de notação financeira europeia *Scope* subiu a notação da dívida portuguesa de A- para A e alterou a perspetiva para estável. Em fevereiro de 2025, a agência de notação financeira *Standard & Poor’s* (S&P) voltou a rever em alta a classificação de

risco atribuída a Portugal, subindo o rating de A- para A. A S&P manteve também a perspetiva como positiva. Em termos gerais, ambas as agências destacaram os progressos significativos na redução do rácio da dívida pública, a prossecução de uma política orçamental prudente e o reforço da resiliência económica.

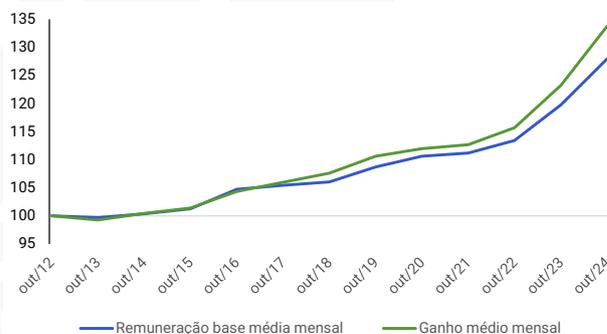
Emprego público aumentou 1%. Em dezembro de 2024, o emprego das administrações públicas totalizou 753 850 postos de trabalho, situando-se 1% acima do valor registado no final de 2023. Esta variação (mais 7 476 postos de trabalho) resultou do acréscimo de 3,3% na administração local (mais 4 504 postos de trabalho) e de 0,7% na administração central (mais 4 121 postos de trabalho). Os restantes subsectores das administrações públicas (administração regional e fundos de segurança social) registaram uma redução do emprego. Os maiores contributos para o aumento do emprego nas administrações públicas foram dados pelas carreiras de técnicos superiores, de enfermeiros e de dirigentes intermédios. No final de 2024, o emprego das administrações públicas representava 7% da população total, 13,7% da população ativa e 14,6% da população empregada.

Gráfico 53. Saldo global de entradas e saídas do emprego público
(postos de trabalho, fim de período)



Fonte: DGAEP.

Gráfico 54. Remunerações base e ganhos médios mensais nas Administrações Públicas
(Índice 2011=100)



Fonte: DGAEP; Ministério das Finanças.

Remunerações e ganhos médios mensais apresentaram uma evolução ascendente. Em outubro de 2024, as remunerações de base e os ganhos médios mensais no setor das administrações públicas aumentaram em termos homólogos, 6,9% e 8,5%, situando-se em 1 772,7 euros e 2 137,4 euros, respetivamente.

O aumento das remunerações de base é explicado pelo efeito conjugado:

- da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios;
- das medidas de valorização remuneratória aprovadas para os trabalhadores em funções públicas;
- da atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 820 euros e do valor da remuneração base praticada na administração pública para 821,83 euros.

Para o aumento do ganho médio mensal contribuíram o aumento da remuneração base média mensal e das restantes componentes do ganho, como subsídios, suplementos regulares e pagamentos por horas de trabalho suplementar.

Financiamento das Instituições Financeiras Europeias

Durante o primeiro trimestre de 2025, o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinou dois novos contratos de financiamento, no montante total de €400 milhões de euros. Os projetos em causa consubstanciam-se na criação de linhas de crédito para apoiar diversas empresas.

A primeira linha de crédito foca-se no setor agrícola, incluindo apoio a jovens e novos agricultores, com especial atenção para a sustentabilidade, a resiliência climática, as infraestruturas e a gestão de água; a segunda linha, de caráter transversal à economia, é destinada a PMEs e Mid-Caps, incluindo apoio ao tecido empresarial português na criação de emprego, competitividade e também em matéria sustentabilidade e resiliência climática.

Quadro 1. Financiamentos assinados pelo BEI para Portugal no primeiro trimestre de 2024
(milhões de euros)

Projeto	Área	Montante
Santander PT loan to SMES & Midcaps	Linhas de crédito	325,0
Santander PT loan for agriculture	Linhas de crédito	75,0
Total 2025		400,0

* Apenas se incluíram os montantes destinados a Portugal.

Fontes: BEI, GPEARI - Departamento de Cooperação e Relações Internacionais.

Previsões Económicas

Quadro 2. Previsões Económicas para 2024
(à data de 10 de abril de 2025)

	2025 ^P					
	MF	BdP	CFP	CE	FMI	OCDE
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)						
PIB	2,1	2,3	2,2	1,9	2,3	2,0
Consumo privado	2,0	2,8	2,8	2,1	-	2,0
Consumo público	1,2	1,1	1,2	1,3	-	1,6
Investimento (FBCF)	3,5	3,9	6,3	3,7	-	5,2
Exportações de bens e serviços	3,5	2,7	2,6	3,0	3,1	3,3
Importações de bens e serviços	3,5	2,8	4,3	4,1	3,3	4,6
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)						
Procura interna	2,1	-	3,1	2,3	-	2,6
Procura externa líquida	0,0	-	-0,8	-0,5	-	-0,5
Desenvolvimentos cíclicos						
Produto potencial (taxa de variação, %)	2,1	-	2,3	2,1	-	2,1
Hiato do produto (% produto potencial)	0,6	-	0,3	0,0	0,9	0,3
Evolução dos preços (taxa de variação, %)						
Deflador do PIB	2,6	2,9	2,6	2,5	2,4	2,4
IHPC	2,3	2,3	2,3	2,1	2,1	2,2
Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)						
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	0,7	1,3	1,0	0,9	0,4	0,5
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,5	6,4	6,5	6,3	6,4	6,3
Produtividade aparente do trabalho	1,4	0,9	1,2	0,9	-	1,5
Remuneração média por trabalhador	4,7	4,4	4,9	3,5	-	5,4
Contas Públicas (em % do PIB)						
Receita total	45,5	-	44,2	43,4	43,2	44,8
Despesa total	45,2	-	44,2	42,9	43,0	44,5
Saldo primário	2,5	-	2,1	2,5	2,3	2,1
Saldo global	0,3	-0,1	0,0	0,4	0,2	0,3
Saldo estrutural	0,2	-	-0,1	0,4	-0,3	-
Dívida pública	93,3	86,5	91,8	92,9	89,8	92,2
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)						
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	3,6	4,5	2,5	2,1	-	-
Saldo da balança corrente	0,7	-	1,0	0,6	2,3	1,1
da qual: saldo da balança de bens e serviços	1,3	2,4	0,9	1,3	-	1,2
Saldo da balança de capital	2,8	-	1,5	1,5	-	-

^P previsão.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] -Orçamento do Estado 2025 , 10 de outubro de 2024; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 20 de março de 2025 e Boletim Económico, 13 de dezembro de 2024 (Contas Públicas); Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2025-2029, 10 de abril de 2025; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Autumn 2024, 15 de novembro de 2024; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 22 de outubro de 2024; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 4 de dezembro de 2024 (Versão Preliminar).

■ Política Económica

Política Europeia

Conselho da União Europeia

Reunião do Conselho ECOFIN de dia 21 de janeiro. Nesta que foi a primeira reunião sob a presidência polaca do Conselho da União Europeia, destaca-se a apresentação das prioridades deste país para a área da economia e finanças. De destacar igualmente o debate dos ministros sobre como assegurar na Europa um ambiente empresarial competitivo através da simplificação, da racionalização e da redução da carga regulamentar. Há a notar também que o Conselho abordou o impacto económico e financeiro da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. No contexto da aplicação do quadro de governação económica, destaca-se a adoção de Recomendações relativas aos planos orçamentais-estruturais de médio prazo de 21 Estados-Membros, incluindo sobre o plano de Portugal, bem como de Recomendações dirigidas à Bélgica, França, Itália, Malta, Polónia, Eslováquia e Roménia, países atualmente sujeitos a procedimentos de défice excessivo, com vista a que tomem medidas eficazes para corrigirem os seus défices orçamentais. De salientar ainda a discussão relativa à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, no quadro da qual foram adotadas Decisões de Execução do Conselho na sequência das alterações dos Planos de Recuperação e Resiliência do Chipre, da Grécia e da Espanha.

Reunião do Conselho ECOFIN de dia 18 de fevereiro. Desta reunião, destaca-se a discussão em torno da competitividade, simplificação e melhoria do ambiente empresarial na Europa, com base na apresentação da Comissão da sua iniciativa “Bússola para a Competitividade”. De referir também o debate acerca do impacto económico e financeiro da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Destaca-se ainda a aprovação por parte do Conselho das suas linhas de orientação política para o Orçamento de 2026 da União, tendo também adotado uma recomendação com vista a dar quitação à Comissão quanto à execução do Orçamento da UE para 2023. No âmbito do Semestre Europeu, destaca-se a aprovação das Conclusões relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2025 e da Recomendação de 2025 sobre a política económica da área do euro. Há ainda a salientar a adoção de uma Recomendação relativa ao plano orçamental-estrutural de médio prazo da Hungria, bem como uma Recomendação dirigida a este mesmo país, que está atualmente sujeito a um procedimento de défice excessivo, com vista a que tome medidas eficazes para corrigir a situação de défice acima dos limites previstos nos Tratados.

Reunião do Conselho ECOFIN de 11 de março. Desta reunião, destaca-se a apresentação da Comissão dos dois primeiros pacotes legislativos Omnibus sobre sustentabilidade e simplificação, a qual serviu de base para uma discussão dos ministros em torno da competitividade na Europa. De referir também que o Conselho chegou a um acordo político sobre a Diretiva relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade (DCA9), a qual está relacionada com a «Diretiva Pilar Dois», de 2022, que visa garantir um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na UE. Há também a salientar o debate relativo ao impacto económico da agressão da Rússia contra a Ucrânia, incluindo quanto à implementação das medidas restritivas da UE e sanções, com especial destaque para a sua aplicação no domínio aduaneiro. De notar ainda que o Conselho foi informado sobre os principais resultados da mais recente reunião dos ministros das Finanças e dos governadores dos Bancos Centrais do G20.

Banco Central Europeu

Reunião do Conselho do BCE de 30 de janeiro. O Conselho do Banco Central Europeu deliberou sobre a redução das três principais taxas de juro diretoras em 25 pontos base. Esta decisão reflete uma visão atualizada sobre a evolução da inflação, a sua componente subjacente e o impacto da política monetária na economia da área do euro. Com esta deliberação as taxas passaram a apresentar os seguintes valores: a facilidade permanente de depósito foi ajustada para 2,75%, as operações principais de refinanciamento passaram para 2,90% e a facilidade permanente de cedência de liquidez foi ajustada para 3,15%. O processo de desinflação encontra-se em curso e tem evoluído em conformidade com as projeções dos serviços do BCE, apontando para uma convergência da taxa de inflação para o objetivo de 2% no médio prazo. A moderação salarial e a compressão das margens de lucro em determinados setores têm contribuído para o alívio das pressões inflacionistas, embora se mantenham alguns fatores internos de persistência, nomeadamente em setores onde a adaptação à anterior vaga inflacionista está a ocorrer de forma mais lenta. Relativamente aos programas de aquisição de ativos (*asset purchase programme* – APP) e de compras de emergência devido à pandemia (*pandemic emergency purchase programme* - PEPP), a carteira tem vindo a registar uma redução gradual e previsível, em resultado da cessação do reinvestimento dos reembolsos de capital dos títulos com vencimento.

Reunião do Conselho do BCE de 6 de março. O Conselho decidiu reduzir as três taxas de juro diretoras do BCE em 25 pontos base. Assim, as taxas de juro da facilidade permanente de depósito, das operações principais de refinanciamento e da facilidade permanente de cedência de liquidez foram ajustadas para 2,50%, 2,65% e 2,90%, respetivamente, com efeitos a partir de 12 de março de 2025. Adicionalmente, as carteiras do programa APP e do programa PEPP estão a diminuir a um ritmo controlado e previsível, uma vez que o Sistema Europeu deixou de reinvestir nos pagamentos de capital dos títulos vencidos. O Conselho reafirmou o seu compromisso em garantir que a inflação se estabilize de forma sustentável em torno do objetivo de 2% no médio prazo, adotando uma abordagem baseada em dados e decisões tomadas na reunião. O Conselho continua disponível para ajustar todos os seus instrumentos, caso necessário, para assegurar uma transmissão eficaz da política monetária em toda a área do euro.

Políticas Nacionais

No âmbito das políticas nacionais implementadas no primeiro trimestre de 2025, destacam-se diversas iniciativas relevantes nas áreas do ambiente de negócios, economia do ambiente, inovação e competitividade, bem como finanças públicas.

No domínio do ambiente de negócios procedeu-se à atualização do regime de IVA de caixa, aumentando o limiar do volume de negócios elegível, com o intuito de aliviar a carga fiscal das pequenas e médias empresas. Além disso, foi promovida uma ampla simplificação fiscal com alterações significativas no Estatuto dos Benefícios Fiscais e noutros códigos tributários, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais e promovendo um ambiente mais favorável ao investimento.

Já no domínio da transição energética, foi aprovado o Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore, que visa alcançar uma capacidade de 2 GW até 2030. Adicionalmente, foi implementada a cessação de incentivos financeiros para a instalação de caldeiras a combustíveis fósseis, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2025, reforçando o compromisso com a neutralidade carbónica.

Com o objetivo de impulsionar a competitividade e a inovação, foi instituído o Sistema de Incentivos à Competitividade das Startups, promovendo projetos empresariais inovadores com potencial de internacionalização. Esta medida visa consolidar o ecossistema empreendedor nacional e dinamizar novos modelos de negócio orientados para o mercado global.

Por fim, no domínio das finanças públicas, as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025 foram estabelecidas através do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, tendo em vista assegurar o rigor e a eficiência na gestão orçamental, em linha com os objetivos estratégicos de consolidação financeira e sustentabilidade das contas públicas.

Principais Medidas Legislativas

Principais Medidas de Política Económica no primeiro trimestre de 2025

As principais medidas de política económica implementadas no primeiro trimestre de 2025 são apresentadas por área de atuação de acordo com o objetivo principal descrito pela medida. Consideram-se apenas as medidas aprovadas oficialmente, que introduzem alterações com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias.

Ambiente de Negócios

Acesso ao regime do IVA de caixa

[Decreto-Lei n.º 34/2025, Diário da República n.º 58/2025, Série I de 2025-03-24](#)

O Decreto-Lei introduz alterações ao regime do IVA de caixa, nomeadamente ao aumentar o limiar do volume de negócios para que as empresas possam aderir a este regime. Esta medida visa facilitar a gestão de tesouraria das pequenas e médias empresas, permitindo-lhes liquidar o IVA apenas após o recebimento efetivo das faturas emitidas.

Medidas de simplificação fiscal

[Decreto-Lei n.º 49/2025, Diário da República n.º 61/2025, Série I de 2025-03-27](#)

O Decreto-Lei n.º 49/2025, de 27 de março, aprova medidas de simplificação fiscal, introduzindo alterações no ordenamento jurídico português, nomeadamente no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), no Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e em outros atos legislativos conexos. Estas medidas têm como objetivo principal a redução da burocracia fiscal, a maior eficiência administrativa e a simplificação do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes.

Economia do Ambiente

Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2025 -Diário da República n.º 27/2025, Série I de 2025-02-07](#)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2025, de 7 de fevereiro, aprova o Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER). Este plano define as áreas e volumes do espaço marítimo nacional, na subdivisão do continente, destinados à exploração comercial de energias renováveis de origem ou localização oceânica. O PAER encontra-se alinhado com o objetivo previsto no Plano Nacional

de Energia e Clima 2030, que visa criar condições para a atribuição e instalação de 2 GW de capacidade de energias renováveis offshore até 2030, através de leilões de capacidade.

Desempenho energético dos edifícios

[Decreto-Lei n.º 11/2025, de 19 de fevereiro](#)

O Decreto-Lei n.º 11/2025, de 19 de fevereiro, transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2024/1275, relativa ao desempenho energético dos edifícios, e altera o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro. Este diploma estabelece medidas destinadas ao processo de descarbonização do setor da construção de edifícios, que representa uma parte significativa do consumo energético e das emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia. Uma das principais alterações introduzidas é a cessação, a partir de 1 de janeiro de 2025, da concessão de incentivos financeiros para a instalação de caldeiras autónomas a combustíveis fósseis.

Fundo Ambiental para o Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros

[Portaria n.º 72-A/2025/1 - Diário da República n.º 42/2025, Suplemento, Série I de 2025-02-28](#)

A Portaria n.º 72-A/2025/1, de 28 de fevereiro, fixa o montante das receitas provenientes do adicionamento sobre as emissões de CO₂ a consignar ao Fundo Ambiental para o Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP) no ano de 2025. O Incentiva+TP, criado pelo Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março, resulta da fusão de programas anteriores, como o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransp), visando manter o financiamento do sistema de transporte público a nível nacional.

Inovação, Empreendedorismo e I&D

Sistema de Incentivos à Competitividade das Startups

[Portaria n.º 49/2025/1 - Diário da República n.º 36/2025, Série I de 2025-02-20](#)

A Portaria n.º 49/2025/1 de 20 de fevereiro, aprova o Regulamento Específico do Sistema de Incentivos à Competitividade das startups. Este regulamento estabelece as regras aplicáveis aos incentivos destinados a promover a investigação e desenvolvimento, inovação e competitividade empresarial, internacionalização e empreendedorismo das startups nacionais. O principal objetivo é fortalecer a inovação e competitividade das micro, pequenas e médias empresas (PME) e startups, criando um conjunto de incentivos que estimulem o crescimento e a internacionalização destas empresas, com especial atenção às startups e às empresas deep tech.

Finanças públicas

Orçamento do Estado para 2025

[Decreto-Lei n.º 13-A/2025 - Diário da República n.º 48/2025, Suplemento, Série I de 2025-03-10](#)

O Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro. Este diploma visa garantir um controlo adequado da execução orçamental, indispensável ao cumprimento do disposto na Lei do Orçamento do Estado.

■ Artigos

Comércio Internacional de Portugal com os signatários do Acordo EU-Mercosul-Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – (2019-2023 e janeiro-setembro 2023-2024)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho, através de quadros e gráficos, a evolução do comércio internacional de mercadorias de Portugal com os quatro países fundadores do Mercosul que assinaram o recente Acordo de Parceria entre a União Europeia e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), a partir de dados de base do “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE) para os períodos 2019-2023 e Janeiro-Setembro 2023-2024, e também por Grupos de Produtos (definição do conteúdo no ANEXO-1) neste último período, com dados em versão definitiva até 2023 e preliminar para 2024, com última atualização em 10-12-2024.

Neste trabalho quando nos referimos a “Mercosul” estão a ser considerados apenas os quatro países que assinaram este Acordo. Analisa-se também a evolução das importações globais destes países por Grupos de Produtos desagregados a dois dígitos da Nomenclatura (NC-2/SH-2) e correspondentes quotas de Portugal, com base em dados de fonte ‘International Trade Centre’ (ITC) nos anos de 2022 e 2023, onde se incluem produtos em que poderão eventualmente incidir ou reforçar-se futuras exportações portuguesas.

[Ler aqui](#)

European Framework for Strategic Dependencies: Insights from Portugal between 2019 and 2024

Guida Nogueira (GEE), Paulo Inácio (GEE) e Joana Almodovar (GEE)

The COVID-19 pandemic has had profound and enduring effects on economic activity worldwide, with heterogeneous impacts across countries and sectors. While countries strive to rebound, amid a myriad of significant and persisting challenges, there is a growing awareness that returning to pre-pandemic conditions is challenging. In fact, geopolitical tensions are hardening, pushing the world into uncharted territory and adding layers of complexity to the ongoing recovery efforts. For policymakers and businesses, it is crucial to remain adaptable and resilient, amid shifting global power dynamics, but also vigilant, continuously re-evaluating their alliances. In this evolving landscape, monitoring trade dependencies has thus become a critical tool to assess potential sources of vulnerability and shape resilient strategies to promote increased strategic autonomy. Against this backdrop, this article updates the analysis performed by Nogueira et al. (2022) and provides a time-extended perspective on Portugal’s trade dependencies, capturing evolving trends that deepen our understanding on how the country has been navigating different waves of complex challenges over time, within a shifting geopolitical landscape.

[Ler aqui](#)

Adicionalidade e Impactos das Agendas Mobilizadoras do PRR: um Quadro Lógico para a transformação da economia portuguesa

Mariana Costa Santos (GEE) e Teresa Rebelo (GEE)

Este Tema Económico analisa as Agendas Mobilizadoras e Verdes para a Inovação Empresarial, desenvolvidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), como um instrumento estratégico de política pública com potencial para transformar estruturalmente a economia portuguesa.

Com enfoque na inovação, a análise apresenta a evolução de Portugal nos rankings da inovação, um painel de indicadores e explora um Quadro Lógico de Causalidade, sustentado por revisão de literatura relevante, para demonstrar os nexos de causa-efeito que fundamentam o racional e a implementação desta medida. As Agendas Mobilizadoras reúnem o potencial de gerar impactos estruturais na economia portuguesa, com destaque para a criação de emprego qualificado, o desenvolvimento de novos produtos e serviços de alto valor acrescentado, aumento das exportações e o impacto que poderão refletir ao nível do crescimento económico e captação de investimento estrangeiro. A eficácia desta política pública está condicionada à sua capacidade de promover spillovers. O seu sucesso passa por uma monitorização robusta e eficaz para controlo de resultados, possibilitando um acompanhamento sustentado e de qualidade para garantir o alinhamento com os objetivos estratégicos

[Ler aqui](#)

Pilar de Competitividade: Financiamento, Endividamento e Investimento das Empresas

Mariana Costa Santos (GEE), Rita Tavares da Silva (GEE) e Teresa Rebelo (GEE)

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo GEE na área do Financiamento, Endividamento e Investimento das Empresas, divulgamos a edição de 2024 da Ficha de Competitividade, com análise gráfica dos principais indicadores, incluindo evolução temporal e benchmarking internacional, bem como síntese das medidas de política pública, da autoria de Mariana Costa Santos, Rita Tavares da Silva e Teresa Rebelo.

[Ler aqui](#)

Pilar de Competitividade: Capacitação de Recursos Humanos e Mercado de Trabalho

Carla Ferreira (GEE)

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Estratégia e Estudos na área de Capacitação de Recursos Humanos e Mercado de Trabalho, divulgamos a edição de 2024 da Ficha de Competitividade, com análise gráfica dos principais indicadores, incluindo evolução temporal e benchmark internacional, bem como síntese das medidas de política pública, da autoria de Carla Ferreira. O mercado de trabalho e os recursos humanos existentes numa economia são determinantes para o seu nível de desempenho e de produtividade. O mercado de trabalho, traduzido na relação entre a procura de mão-de-obra pelas entidades empregadoras e a oferta pelos trabalhadores, é uma relação complexa e com a intervenção de vários atores. Neste contexto, o Estado, para além de empregador, atua no mercado através da implementação de medidas de política pública, para promoção da otimização ou correção do

funcionamento, e como regulador, com o objetivo de promover a justiça e equidade nas relações laborais e a maior eficiência na capacitação e afetação de recursos.

[Ler aqui](#)

Painel das Atividades de Inovação, I&D e Empreendedorismo

Eugénia Pereira da Costa (GEE)

A presente publicação apresenta informação relativa a uma seleção de indicadores de despesa e recursos humanos em atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de atividades de Inovação realizadas por empresas, em Portugal. Na segunda parte, destacam-se as principais iniciativas de política pública aprovadas recentemente, que visam contribuir ativamente para o desenvolvimento da economia portuguesa em coerência com os objetivos, nacionais e europeus, da transição verde e digital.

Uma das grandes prioridades das políticas públicas em Portugal tem sido aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa, com base na incorporação de conhecimento, através da I&D e da inovação, na diversificação e na especialização da estrutura produtiva.

[Ler aqui](#)